



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2024

Ata n.º 32

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola de Paderne, por convocatória de catorze de junho, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 20/05/2024; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Freguesias do concelho; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para fornecimento contínuo de plantas, até ao limite de 270.000,00€ + IVA; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para fornecimento contínuo de fardamento para o município de Albufeira-2024-2026; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia dos Salgados - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 2 da Praia Galé Leste - UB2 e Lote 3: Unidade Balnear 3 da Praia Galé Leste - UB3; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da



Praia da Coelha - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 1 da Praia do Castelo - UB1 e Lote 3: Unidade Balnear 1 da Praia dos Arrifes - UB1; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alienação p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia dos Aveiros - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 2 da Praia da Oura Leste - UB2 e Lote 3: Unidade Balnear 1 da Praia de Santa Eulália - UB; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alienação p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia de Maria Luísa - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 1 da Praia dos Olhos de Água - UB1 e Lote 3: Unidade Balnear 2 da Praia dos Olhos de Água - UB2; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do número 1, do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da transferência de verbas para as freguesias do concelho no âmbito das transferências de competências; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão - alteração modificativa das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) 2024-2028; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão - alteração modificativa do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2024-2028, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal e alteração ao Plano de Recrutamento para o ano 2024; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, Carla Cecília de Oliveira Agapito Valério, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da



Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Paderne - João Ruaça, de Ferreiras - Jorge do Carmo e da Guia - Dinis Nascimento. -----

Faltas: Dário Pereira e André Lima. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Bernardo e Carla Valério. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Carlos Manuel Conceição Oliveira, Victor de Oliveira Ferraz e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Maria Carolina Guerreiro: "Boa noite. é com grande consternação que venho a esta Assembleia, para expor a minha situação, face ao cumprimento pela Câmara Municipal de Albufeira, na lei de acesso aos documentos administrativos e à informação administrativa, aprovada pelo decreto-lei número vinte e seis barra, dois mil e dezasseis de vinte e dois de agosto. Sou sócia de uma empresa concorrente ao contrato de concessão para a atribuição de utilização do domínio público marítimo, instalação e exploração de apoio de praia e equipamento completo para os lotes para as concessões um e quatro, ambas da Praia da Rocha Baixinha Nascente. Ora, nos termos do artigo terceiro número um, alínea a) ponto dois da LADA, os procedimentos de contratação pública, incluindo os contratos celebrados, constituem documento administrativo relevante e é por esse motivo que o seu acesso é garantido aos particulares que o requeiram, nomeadamente através de uma certidão. Em sete de junho apresentei um requerimento na Câmara Municipal de Albufeira, no qual pedi uma certidão relativa aos seguintes documentos: o último contrato de concessão da unidade balnear um da praia da Rocha Baixinha Nascente, o último contrato de concessão da unidade balnear quatro da Praia da Rocha Baixinha Nascente e a manifestação de interesse do anterior titular destas licenças de concessão em continuar a utilização, caso existam ou a indicação da sua inexistência. Em treze de junho, recebo um e-mail do senhor Mário Augusto Batista Viegas, coordenador da Unidade do Ambiente, a remeter vários documentos, no entanto, nenhum destes documentos era o que eu tinha



solicitado. Quando verifiquei melhor, vi que estava a responder a um e-mail, pasme-se, de trinta de janeiro deste ano e, portanto, não eram os documentos que eu queria, nesta fase, esses documentos já tinham perdido a sua utilidade, foi o que respondi tendo questionado então, se me poderia auxiliar no requerimento, esse sim atual, e que estava em prazo de resposta pela Câmara Municipal. Indicou-me que não era do seu pelouro e deveria contactar o departamento de obras públicas, o que fiz, tendo sido informada que também não seria este o pelouro correto. Contactadas as telefonistas gerais, remeteram para o departamento da contratação pública, mas também me indicaram que não era o pelouro e, portanto, não conseguia falar com ninguém responsável. Ora, nos termos artigo décimo quinto da LADA, a Câmara Municipal tem o prazo de dez dias para emitir os documentos que lhe forem solicitados, este prazo terminou dia dezassete de junho e desde esse dia que eu envio e-mails diários para o email geral da Câmara, a pedir que me deem resposta a este requerimento, porque, de facto, são documentos que necessito. Até ao momento, não recebi nem a certidão, nem indicação para a levantar, nem qualquer motivo pelo qual não tenha recebido qualquer resposta. Eu tenho as comunicações comigo, tenho o requerimento, caso o Senhor Presidente entenda que deve ser entregue, quer ao executivo quer aos membros das bancadas uma cópia destes elementos. Mas a pergunta que faço, senhor Presidente, é por que motivo, incumpriu Câmara Municipal de Albufeira, esta sua obrigação de emitir as certidões requeridas no prazo de dez dias, sem qualquer resposta às insistências que faço e bem assim, o que é que podemos esperar deste órgão?" -----

Bruno Guerreiro: "Boa noite, o que me traz aqui hoje é, no mínimo a opacidade das decisões e a falta de respostas dos responsáveis camarários pelos concursos relativos ao equipamento das unidades balneares. Tal com a senhora que anteriormente falou também eu sou sócio de uma empresa que concorreu a uma destas unidades balneares. Vamos por pontos, sou sócio de uma empresa que concorreu às unidades balneares, um e quatro da Rocha Baixinha, o referido concurso fechou a nove de fevereiro deste ano, e para nosso espanto, o relatório preliminar só foi publicado noventa e sete dias depois. Até aqui tudo bem, Senhor Presidente, podiam ter sido esses noventa e sete dias o tempo necessário para o júri avaliar todos os aspetos necessários para uma ordenação justa dos candidatos, no entanto, ao abrirmos o dito relatório verificamos incongruências gritantes com os projetos apresentados pelos concorrentes. A nossa empresa apresentou dois projetos gémeos para cada uma das unidades a concurso.



Ficámos espantados ao verificar que, ao nível da avaliação arquitetónica, as pontuações pareciam ter sido ajustadas de forma que ficássemos meia décima abaixo do primeiro classificado. Se o júri foi cirúrgico na avaliação das propostas, ao nível da análise das candidaturas, houve, no mínimo, desleixo óbvio. Perante esta situação, decidimos contratar um serviço profissional de análise a todas as propostas a concurso. Qual não foi o nosso espanto quando recebemos o relatório e verificámos que várias propostas admitidas tinham fatores de exclusão, que deveriam ter resultado na sua desclassificação. É inaceitável que um dos concorrentes tenha de gastar dezenas de milhares de euros num estudo jurídico para mostrar ao júri os erros cometidos. E não estamos a falar de um ou dois percalços, mais de quatro ou mais fatores de exclusão em três dessas candidaturas. Refiro ainda que o caderno de encargos estipulava no artigo dezassete do programa de concurso que as propostas deveriam manter-se pelo período de cento e vinte dias. Este prazo foi ultrapassado há quinze dias, a pergunta que faço senhor Presidente é, consegue garantir aos cidadãos que os responsáveis pela contratação pública serão mais profissionais na análise das propostas e que cumpriram os prazos estipulados nos programas concursais que eles próprios preparam? Ou estaremos condenados a assistir a mais uma série de falhas e desleixo que só prejudicam a confiança dos cidadãos nas nossas instituições? Ainda em relação a este tema, das unidades balneares, especificamente quanto aos contratos de concessão anteriores, quando o domínio ainda era da Autoridade Marítima e não da Câmara Municipal, refiro-me aos pontos seis, sete, oito e nove desta ordem de trabalhos da assembleia de hoje, o objetivo desta intervenção é esclarecer se o direito de preferência, caso exista, está ou não caducado devido ao término dos contratos de concessão, já há algum tempo? Para isso preciso das seguintes informações: em que data foram celebrados anteriores contratos de concessão e por quanto tempo era a concessão? Saber a duração exata das concessões, de modo a entender-se o período de vigência e se os prazos estabelecidos foram legalmente respeitados. Estas informações ajudarão a esclarecer se o direito de preferência dos antigos concessionários estão ou não caducados junto das instâncias judiciais competentes, devido ao longo intervalo, desde o término dos contratos." -----

Rodrigo Vicente: "Boa noite a todos, venho aqui expor uma situação ao Senhor Presidente e ao município relativamente à alteração da sinalização na rua da Igreja nas Ferreiras. Inicialmente, quando foi efetuado essa alteração, nós moradores e



utilizadores da via vimos que fomos prejudicados com o mesmo. Assim sendo, conjuntamente com a Junta de Freguesia de Ferreiras, juntamos esforços, tentamos falar com os ditos proprietários das propriedades limite da via e, conseguimos uma pequena cedência da parte deles para que a via fosse alargada devido à situação do Giro. E que voltasse a ser de duas vias. Após isso, em meados do início do ano passado, ou seja, de dois mil e vinte e três, em abril, essas obras através da Junta de Freguesia de Ferreiras e conjuntamente com os proprietários e utilizadores de via, estavam concluídas. Neste momento, estamos a vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e quatro e ainda não se verificou nenhuma alteração relativamente a este processo. E eu gostava de perguntar ao município em que ponto está este processo, porque sei junto da Junta de Freguesia que foi um processo exposto pelo Presidente da Junta conjuntamente connosco e a minha pergunta é mesmo essa qual é, neste momento, a situação relativamente a essa via? Porque nós, utilizadores e moradores da zona, somos prejudicados porque temos de fazer cerca de um ponto oito quilómetros para voltar a nossa casa. Agradeço desde já a boa vontade dos presentes para esta situação, porque estamos a ser diariamente prejudicados.” -----

Isabel Rodrigues: “Boa noite, o que me traz aqui nada tem a ver com o que foi dito anteriormente, mas sim com o turismo. Eu dirijo há trinta anos, um empreendimento turístico, que tem muito mais anos do que isso, tem quase quarenta e nos últimos anos, como é sabido por todos os presentes que aqui estão, as coisas têm-se complicado. Ora bem, no último ano foi péssimo. Este ano já não é péssimo, é abaixo de péssimo. Os bares estão abertos até não sabe a que horas, eu tenho clientes que chegam ao empreendimento às sete, oito da manhã, que estão a vir diretamente dos bares, vêm impróprios, vêm despídos, vêm a vomitar, vêm meter-se com o staff que está a trabalhar, e neste momento começa a ser difícil, inclusivamente que o staff queira trabalhar, porque meia dúzia de catraios não os deixa cumprir as suas funções. Eu conheço grande parte do mundo, e dessa parte que conheço tem muito a ver com o turismo, não conheço nenhum sítio onde os bares estejam abertos até de madrugada e onde seja permitido às pessoas fazerem o que fazem Albufeira. Eu gostaria que me dissessem o que é que a Câmara tem em mente fazer em relação ao que se passa? Qual é a perspetiva? Porque Albufeira neste momento faz-me lembrar praia Pattaya na Tailândia, nos anos oitenta e noventa, que era o turismo de sexo, droga, prostituição.”-



Presidente da Assembleia: "Boa noite, peço desculpa, mas não se podem manifestar, nós queremos que as pessoas possam expressar a sua opinião, mas não é desta forma. Quem quer expressar a sua opinião dirige-se ao púlpito, e fala, durante os três minutos ou o tempo que lhes for concedido. Não admitirei, que as pessoas tornem a fazer isto, caso o façam eu peço para saírem da sala. Esta não é a forma correta de nos manifestarmos, a não ser assim estaremos a ser iguais a outras pessoas que estamos aqui a recriminar." -----

Isabel Rodrigues: "Como eu sei que não é fácil, mas quem tem a obrigação e quem deve gerir os horários dos bares e de todo o resto da economia de Albufeira é a Câmara Municipal. Eu gostaria que nesta mesa, quem de direito me dissesse a mim e a todos os presentes que aqui estão, a quem se sentem representados por mim, por aquilo que eu acabo de dizer, o que é que pensam fazer em relação a esta lástima? Porque os meus clientes não vêm, porque não se querem misturar. Os que vêm, vão-se embora e dizem que, enquanto assim for Albufeira não voltam. E a marca Albufeira que está a ser falada nos últimos tempos, pelas piores razões, está-nos a envergonhar a todos nós." --

Susana Piçarra: "Boa noite a todos, eu conheço a maior parte deles, felizmente sou da terra, nascida e criada na minha terra e desculpe lá, mas o que o senhor acabou de dizer foi muito ofensivo. Porque não sei se os senhores têm noção do que se passa em Albufeira neste momento, porque devido à sua resposta, penso que não têm. Albufeira neste momento tem o pior no turismo que existe, devido a ser promovido por agências de viagens que estão a promover um tipo de turismo de sexo, droga e do pior que há. Entretanto, na baixa de Albufeira, no Largo Engenheiro Duarte Pacheco, conhecido pela Meia-Laranja, todos os dias, nós temos um grupo infinito de toxicodependentes, em figuras lástimas, com vários cães, eles dizem que os animais ajudam a que as pessoas lhes deem mais dinheiro, portanto, eles de manhã vão todos os dias para a chamada Meia-Laranja levam o dia inteiro na Meia-Laranja, compram cervejas, compram vinho, vendem droga e regressam no final da noite. Portanto, eu queria saber qual era a posição do Senhor Presidente, e o que é que poderia fazer neste aspeto? Os vídeos que passam sobre a nossa terra, e tudo o que se está a passar na nossa terra, está a deixar-nos envergonhadíssimos, eu tenho vergonha neste momento, de dizer que sou de Albufeira, neste momento sinto-me profundamente envergonhada, Albufeira transformou-se pior que um filme pornográfico. Nós temos vídeos passados na comunicação social, de forma inexplicável, que envergonha qualquer um. A minha mãe e



a minha filha não vão à baixa de Albufeira neste momento, porque nós temos medo e repugnância do que se está a passar neste momento, a baixa de Albufeira está caótica e eu acho que os senhores Presidentes e os senhores da Assembleia não têm noção, porque não podem ter, senão já tinham feito alguma coisa para agir. Outra situação que se está a transformar inaceitável é estarmos a ser promovidos, eu tenho a noção, por exemplo com o turismo da Holanda, porque há coisa de três ou quatro semanas, tivemos uma invasão de meninas holandesas na baixa de Albufeira e na Oura, em que foi promovido como finalistas ser Albufeira o sitio das "Party's", em que elas vêm com um sistema de tudo incluído, só que em vez de ser a comida, é a bebida, têm pulseiras de alto a baixo e cada pulseira dá direito de bebidas em bares, elas ficam em coma e são roubadas, violadas, e é o que nós estamos a promover, neste momento na nossa cidade de Albufeira. Estamos reféns de um turismo ligado ao álcool e à droga, é inadmissível, é inaceitável. E eu, como cidadã de Albufeira, sinto-me envergonhada, não me sinto respeitada, e é urgente, para ontem, não é para hoje nem para amanhã, termos medidas adequadas que esta situação seja transformada num turismo de qualidade e num turismo que aprecie a nossa cultura, a nossa terra e que nós tenhamos brio no que é ser albufeirense. Se o meu pai, que já faleceu voltasse à terra, ele voltava a morrer." -----

Presidente da Assembleia: "Agradeço que não se manifestem. Como viram, a senhora pôde expressar aquilo que era a sua vontade, e o que sente, sem que houvesse qualquer tipo de intervenção. Agradeço também que não haja manifestações deste tipo nesta Assembleia. É desta forma que conseguimos expressar as nossas opiniões, não é, fazendo com este tipo de intervenção após as declarações que têm sido efetuadas pelos vários intervenientes. Agradeço que mantenha a calma e, mantenhamos a capacidade de discernimento e assim consigamos explicar quais as opiniões que cada um de nós tem, para que o Senhor Presidente possa tomar a devida nota e dar as respetivas respostas." -----

Sandra Lázaro: "Boa noite, é a primeira vez que me venho manifestar, porque realmente sinto vergonha do sítio onde moro, nunca fiz, não vim aqui para criticar ninguém, nenhuma política, é culpa de todos, é dos empresários, é dos locais que ninguém faz nada. Nós queremos uma solução. Esta semana, só para terem ideia, tive de chamar a GNR para expulsar clientes despedidos e alcoolizados, no meu empreendimento. Tive de ligar para a GNR, porque as pessoas não conseguem dormir na



Rua Nova de Albufeira, as pessoas não conseguem dormir junto ao Inatel, porque há "party's" à tarde e até vibram as casas ao lado, as pessoas não conseguem dormir nesta cidade, e os clientes de qualidade não vão voltar. Acho que a maior parte das pessoas conhece-me na área da restauração, é uma vergonha nós não temos clientes. O restaurante a Ruína, existe há cinquenta e dois anos, a tentar trazer clientes de qualidade, a fazer por isto, e hoje nós não temos clientes, porque este turismo da bebedeira só traz miúdos que comem tostas e bebem o dia todo. E ninguém vai à baixa, porque está repugnante. Eu quando faço um check in a um cliente, tinha o maior gosto em dizer que sou daqui e dizer, olhe "a Oura realmente é party, para mais novos, vão o centro antigo". Eu não digo nada, eu não digo nada, tenho vergonha e aos meus clientes de AL médio alto, eu digo vão a Faro, Olhão eu não digo vão a Albufeira, eu digo vão à Galé, ou aos Salgados, Albufeira eu não digo. É com muito pesar, estou vestida de preto porque eu estou com vergonha de morar nesta cidade. Eu quero dizer que nós, enquanto não temos o regulamento, podíamos começar por aplicar a lei geral, que proíbe andar nu na estrada, proíbe vender álcool a quem já está alcoolizado. Porque que não começamos por aí? Há fiscalização, temos de começar pelo princípio, não temos tempo agora de fazer uma regra para já, nós não podemos esperar até dezembro, nem para o ano, porque nós andamos a falar deste código de Ética, desde dois mil e dezassete, diz, dizem "vamos fazer, vamos fazer", mas não fazemos nada, tem de ser agora, é urgente. Nós estamos aqui para apoiar, não é para criticar, terem a nossa ajuda, fazermos a nossa parte, digam o que é que precisam que nós estamos aqui para ajudar. O bater palmas das pessoas, é porque nós estamos com vergonha, nós queremos uma solução para agora, queremos voltar a ter a nossa terra, a ter orgulho e passear com os nossos filhos, a dizer aos nossos amigos venham, porque eu, na verdade, hoje em dia, quando perguntam de onde sou, eu digo que sou do Algarve, porque tenho vergonha de morar aqui, tenho vergonha dos vídeos que passaram na comunicação social. Fui das primeiras pessoas a dizer, vamos à Assembleia falar, não vamos promover isto na televisão, porque isto é mau para nós, mas, na verdade isto está completamente descontrolado, não há maneira. Deste que saiu aquele vídeo, as pessoas são bombardeadas, tenho uma Pen para entregar aqui com vídeos, é do pior que já vi, tenho também na Pen alguns exemplos, que não é preciso inventar a roda, a roda já foi inventada há muito tempo, esses códigos de conduta, existem em muito lado, portanto,



vamos copiar e aplicar e fiscalizar, não é preciso inventar, nós estamos aqui para ajudar no que for preciso." -----

Presidente da Assembleia: "Obrigado, este tipo de intervenção é o tipo de intervenção que se pretende, com espírito de colaboração ouvindo todas as opiniões, para que se possa construir alguma coisa, não é com uma de atitude menos correta que fazemos valer a nossa opinião". -----

Marisa Pinho: "Boa noite, hoje estou aqui porque gostaria de deixar a questão no ar, sobre a promoção que está a haver sobre o destino turístico de Albufeira, com o nome "a captação de um novo perfil do turista", a mesma nunca terá efeito e nunca terá êxito se não for feito em confluência com os empresários dos bares, portanto, estamos a ter dois tipos de promoção, e quem está a ganhar é o destino dos jovens, portanto, quem está a vir para o nosso destino são os jovens. Gostaria também de deixar em consideração a questão de quanto tempo será necessário para que qualquer um de nós, como munícipes, possamos passear em Albufeira com a nossa família, tendo a certeza de que, todo o respeito e a educação se mantém. Nenhum de nós, neste exato momento, pega na mãe e vai passear em Albufeira, a nossa terra está a ser perdida. Eu cresci cá, gostaria de chamar a atenção, e de deixar no ar que, isto não é a terra dos outros. Isto é a nossa terra, nós é que temos a mão, o poder e o domínio da nossa terra, nós é que gerimos a nossa casa, portanto se a promoção está a ser feita para captar a um novo tipo de perfil turístico, nunca terá sucesso quando a quantidade de bares que existe em Albufeira promove e vende este destino a turistas inferiores e que não nos respeitam." -----

Carlos Fernandes: "Boa noite, há uns anos, fiz referência nesta mesma Assembleia, a um troço de caminho em Albufeira, que era de todo o interesse a pavimentação. Passaram seis ou sete anos, verifiquei que entretanto aconteceram algumas obras naquele caminho, nomeadamente no que respeita a águas pluviais, mas por ser um caminho que liga a Urbanização Quinta dos Calços à escola EB1 de Vale Pedras, às instalações da Câmara Municipal, ao cemitério novo e, trata-se de um troço com setecentos metros de comprimento, que eu já tive o cuidado de medir com o meu carro, só queria deixar a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se entretanto existe algum concurso lançado para esta obra ou se já está prevista alguma coisa. Em relação a Paderne, a estrada dos Matos, Purgatório foi recentemente requalificada na sequência de ampliação da rede de esgotos, ficou com um troço de cerca de



quatrocentos metros, que vem do viaduto da autoestrada até a ligação ao Purgatório e que está em péssimo estado, por via de melhoramento da outra parte, o trânsito circula ali a uma velocidade brutal. Residem ali várias pessoas, muito idosas, não tem bermas, o pavimento estava em muito mau estado, gostaria de perguntar também ao Senhor Presidente, se existe alguma coisa prevista nesse sentido. Por último, queria fazer aqui uma referência à velha fábrica da Faceal, cuja aquisição foi feita pela Câmara Municipal há uns anos e, onde foi anunciada, na altura, a criação de uma escola de estudo dos Oceanos e que, entretanto, foi retirado o placar. Queria deixar aqui um desafio à Câmara, porque aquele espaço é um espaço muito amplo, um espaço com um potencial enorme e sem prejuízo de algum dia essa obra vir a ser real aqui nesta freguesia, Paderne foi a freguesia mais penalizada pela criação do PROT Algarve, como é do conhecimento geral e, portanto, nós comparativamente com as outras freguesias tivemos muito menos área de construção, o desafio que fazia era, o Estado, o governos, as Câmaras Municipais estão prestadas na criação de mais habitação social, habitação a custos controlados. Portanto, aquela zona certamente será uma zona de equipamentos, mas não será muito difícil pedir a desanexação, nem que seja de uma boa parte daquele espaço, para zona de edificação urbana, porque tanto o Estado, com as câmaras estão interessadas nisso. E nós temos aqui em Paderne um enorme espaço, podíamos ter ou habitação a custos controlados, ou habitação social, criação eventualmente lotes a custos mais económicos para famílias com carência. Portanto, isto é um desafio que fica aqui lançado." -----

Reinaldo Varela: "Boa noite, venho falar e dar alguma sugestão, se possível, dos acontecimentos amplamente divulgados no fim de semana, o qual o Senhor Presidente deu uma entrevista. Devo dizer que sou reformado de hotelaria, e como se costuma dizer, não cuspo no prato que me deu comer, e é isto que me fez ser o que sou hoje, mal ou bem. Não sou apoiante de turismo de meninos e meninas do coro, a juventude é por norma, rebelde, alguns compreenderão, mas estamos a falar de selvagens. Registo com agrado a iniciativa, embora tardiamente, da Câmara agendar reunião com forças de segurança e a associação do setor turístico. Um dos pontos será a elaboração de um Código de Conduta. O que eu posso dizer é que, temos bons exemplos, já está tudo inventado, se formos a Barcelona, fez alterações, Amesterdão e concretamente em Ibiza e Maiorca, foi proibido o turismo de bebedeiras, fim do bar de porta aberta, rali de tascas turísticas, "balconing," isto é, os meninos saltarem de uns balcões por outros



e também saltarem para a piscina. Isso tudo foi proibido em Ibiza. Acrescento ao nosso caso, o exibicionismo dos senhores, todos nós sabemos o que estamos a falar, e sou de opinião que estas pessoas deviam ser expulsas. Isso faz-se em Espanha, porque é que não se faz cá? Sei que eles têm governos autónomos, é mais fácil, aqui será o país todo, mas é sempre de prever esta situação, porque qualquer dia nós já não sabemos o que de há de dizer, ou que há de fazer. Posso acrescentar que as multas em Ibiza e Maiorca vão entre mil e seiscentos mil euros, e os senhores são expulsos. O que aconteceu aqui, segundo ouvi, não sei se é verdade, a autoridade diz que não pode fazer nada, porque eles não foram apanhados em flagrante. Em Inglaterra, chega a hora do fecho, há uma autoridade que vai lá, faz sinal que é para fechar, essa mesma autoridade volta lá passada meia hora, ou o bar está fechado, ou se não está fechado é multado, e se repetir o fecho tardio, ou não obedecer o bar é encerrado.” -----

Rute Coelho: “Boa noite, sou da Albufeira, vai fazer cinquenta anos, tenho um orgulho enorme, e paixão por Albufeira, uma cidade piscatória, que evoluiu no turismo, somos a capital do turismo, e sempre tivemos um turismo de alta qualidade. E como a minha colega disse, era um orgulho nós transmitirmos o que se passava aqui, para trazê-los para cá. Neste momento não acontece isso, estamos extremamente nervosos, a nossa atitude também foi um bocado uma revolta, peço desculpa, mas realmente estamos a entrar num fosso total, eu própria já fui adolescente, adoro divertir-me, todos nós gostamos. Isto passou a ser repugnante, eu fiz vinte e dois anos de casada e fomos à Oura, a uma pizzaria de uma amiga nossa, eu fiquei estupefacta, eram sete da noite, quando viemos, era cedo, com o meu filho, estacionamos o carro na parte de trás, e acontece uma miúda com quinze anos a espumar pela boca, e as outras miúdas, também de dezasseis, em pânico. Nós levamos duas horas a tentar reanimá-la, os bombeiros não vieram, tiveram ao telefone e lá conseguimos, levamos ela para um táxi para ir para o hotel. Entretanto as miúdas entraram em pânico, em choque, sozinhas. Mas acontece que há pessoas que se aproveitam destas situações. A semana passada, nove e meia da manhã, passo pela rotunda do Wild, e vejo no triângulo uma delas a jogar-se para trás para num insuflável. Estacionei e vim ao pé da rotunda, estavam funcionários da câmara trabalhar, disse assim “olhe, vocês não fazem nada?”, responderam que não era com eles, e eu perguntei se era com a Polícia Municipal, liguei. Afinal não é com a Polícia Municipal, é com a GNR, liguei à GNR, responderam que a Sá Carneiro é para esquecer, logo assim, nem vão já lá. Ou seja, às nove e meia da manhã crianças a passar, quer



dizer é horrível! É este o turismo que nós queremos? Eu acho que não. Nós apostamos, Albufeira tem crescido nestas últimas décadas, em hotéis, infraestruturas, restaurantes de alta qualidade, com decoração lindíssima, para quê? Para receber este tipo de turismo? Ontem fizemos o São João na nossa rua, convidamos uns ingleses, porque nós temos uma família muito grande de ingleses, e uma delas comentou que a amiga tinha dito que já não voltava para Albufeira, isto é horrível. Ninguém vem aqui discutir, vamos é juntarmo-nos todos, fazer uma força maior e peçam-nos ajuda como a Sandra disse." -----

António Neto: "Boa noite, a minha intervenção prende-se com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne. Há cerca de três anos, aqui nesta mesma sala promovida pela Câmara Municipal de Albufeira foi realizada a apresentação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia Paderne, posteriormente, promovida pela Assembleia de Freguesia de Paderne, foi realizada uma sessão de esclarecimento que também contou com a participação da Câmara Municipal de Albufeira. Ambas as reuniões foram muito concorridas e pautaram-se por uma elevada participação de padernenses, não só em pedidos de esclarecimentos, como também sugestões de alterações ao plano apresentado. Posteriormente, houve um período de apresentação de sugestões, onde um número considerável de padernenses enviou para a Câmara Municipal direta ou via Junta de Freguesia de Paderne, as sugestões que consideravam importantes que fossem tidas em conta na reformulação do plano. A própria Assembleia de freguesia de Paderne aprovou por unanimidade, uma proposta com as alterações que considerava mais importantes, passaram-se três anos e os padernenses ainda não sentiram o feedback das suas intervenções, pelo que, de vez em quando se questionam sobre o andamento do programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne. Assim, reunida a Assembleia Municipal de Albufeira em Paderne, considero que este é o local certo para os padernenses ficarem esclarecidos sobre o tema em questão, pelo que coloco ao senhor Presidente da Câmara de Albufeira, uma pergunta muito simples, qual é o ponto da situação relativamente ao programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne?" -----

Presidente da Câmara: "Portanto, vou responder aqui algumas questões mais individualizadas e depois uma mais genérica, aquele assunto transversal a muitas das pessoas que aqui fizeram as suas intervenções. Primeiro que tudo, quero agradecer as intervenções aqui colocadas, são sempre situações que nos ajudam muitas vezes a



refletir, ou a ter conhecimento algumas situações possam ocorrer sem o nosso conhecimento. Não é bem o caso, infelizmente, de algumas. Iria em primeiro responder ao senhor Rodrigo Vicente, sobre a questão da Rua dos Caçadores, que pedem para ser com dois sentidos, isso já foi de alguma forma analisado, e dizer que os moradores se sentem prejudicados pelo facto de terem de fazer mil e oitocentos metros para dar a volta. Isto ainda está em análise, ainda não há decisão tomada sobre isto. O que vou fazer é um dia destes passar por lá, ainda há dias por lá passei, e analisei isso com o senhor Presidente da Junta, porque acho que é importante ir ao local e ver as situações, como se podem resolver, mas quando isso tiver assumido, com certeza que a rua passará a dois sentidos, obviamente, mas primeiro tenho que analisar isso com a parte técnica da Câmara Municipal no sentido de ultrapassar essa questão. Relativamente ao senhor Carlos Fernandes, falou em algumas situações de pavimentação, nomeadamente aquela que liga a Quinta dos Calços a Vale Pedras, aquele é um caminho que eventualmente poderá vir a ser transformado numa estrada, e é essa a dúvida ainda que está em vias de ser decidida, sobre o facto de vir a ser uma estrada completamente diferente do caminho que lá está. Vou ver o que é que se poderá eventualmente fazer. A questão dos quatrocentos metros da estrada dos Matos ao Purgatório é uma situação que eu já testemunhei, e vai ser resolvida dentro de poucos dias, com os novos concursos de pavimentações. Sobre a questão do terreno da Faceal, está precisamente nesta altura a iniciar um plano pormenor sobre a utilização daqueles solos, para que é que vai ser, uma parte será com certeza para habitação, mas não só, será também outros aspetos, um parque temático ou qualquer outra atividade, o terreno é relativamente grande e permite, com certeza, vários aspetos. Sobre a questão do plano estratégico da aldeia de Paderne, que foi aprovado e bem, há três anos, isto é um plano que contém terminadas intervenções aqui na aldeia, nomeadamente uma variante, uma requalificação, um parque verde, enfim, uma requalificação de edifícios no sentido chamativo de residências criativas, que é extremamente interessante, estamos agora esperando que o Portugal vinte-trinta, que é o novo programa comunitário de apoio, possa beneficiar e, possa financiar este tipo de intervenções e, a partir desse momento, iremos com certeza, candidatámos algumas intervenções destas que eu falei há pouco, quer da variante, quer da requalificação, quer das residências criativas, quer do parque verde, há várias intervenções a fazer, que tudo somado, vai dar sensivelmente trinta ou quarenta milhões de euros, neste



momento, porque os preços têm aumentado muito, vamos tentar ver a surpresa que nos reserva o quadro comunitário Portugal vinte-trinta, vamos esperar que venha alguma situação para poder concorrer, portanto, a qualquer momento e provavelmente no Orçamento para o ano dois mil e vinte e cinco já virá com algumas rubricas no sentido de fazer isto faseadamente, porque nem tudo se consegue fazer simultaneamente, e são obras completamente diferentes umas das outras, vamos já iniciar no próximo ano, qualquer coisa em termos disto. Relativamente ao problema transversal, a questão dos comportamentos, daquilo que tem acontecido nos últimos dias e não só, coisas destas não é dos últimos dias apenas, evidentemente, isto alguma coisa ou outra esporadicamente aparecia também em todos os outros anos, aliás, como se recordam, o final do mês de maio e o princípio do mês de junho, tem sido há alguns anos e vai crescendo e, este ano ainda está mais, por aquilo que se vê, também pelas redes sociais, senão não se via tanto. Eu ouvi com muita atenção aquilo que disseram, corroboro inteiramente daquilo que dizem, é lamentável que isto aconteça, e é lamentável que aconteça, porque há aqui responsabilidades diversas, não vale a pena esconder as responsabilidades, nem passar as responsabilidades, entre aspas, as culpas para cima dos outros. Não, todos nós temos a culpa. A Câmara Municipal tem a culpa, obviamente e não tira aqui algumas responsabilidades, desde logo a definição dos horários, vamos rever essa situação perfeitamente. Isso vai ser uma das peças relativamente fáceis de resolver, é fácil, é só alterado um número e está feito, depois temos de correr os prazos legais em termos de um regulamento que obriga sempre a um determinado número de dias para ser auscultados, da audição pública, para ser os órgãos Câmara Municipal e depois Assembleia Municipal. A Câmara Municipal realmente tem alguma responsabilidade, as forças de segurança, evidentemente, também têm a responsabilidade, e há aqui uma responsabilidade, que muitas vezes não se fala muito nela, a responsabilidade dos próprios proprietários dos estabelecimentos de restauração e bebidas, esses são muito responsáveis, aliás são os únicos responsáveis por tudo aquilo que se passa dentro do estabelecido. Lamento que isso possa acontecer, permitir que dentro do estabelecimento possa estar a ser servido bebida a quem se apresente aparentemente embriagado, e que sirvam bebidas a pessoas que estão desnudadas completamente, isto é lamentável. Digo sinceramente, é bom que não desanimemos, agradeço as vossas manifestações de tentativa da ajuda, preciso muito da ajuda de todos. Já reuni na semana passada com todas as associações empresariais



e profissionais que vivem à volta do turismo aqui do concelho de Albufeira, eram nove ou dez, portanto, tudo isso está perfeitamente enquadrado no sentido de que as próprias associações sensibilizarem os seus sócios, seus associados e não só e os seus colegas, porque também há pessoas que têm bares, têm esses estabelecimentos e não são sócios de nenhuma associação daquelas, mas são colegas e os colegas podem sentir-se prejudicados, e de certeza que são prejudicados quando os outros têm aquele tipo de comportamento, isso não tenho dúvida nenhuma. É bom que não desanimemos, é bom que mantenhamos esta chama viva e esta necessidade de ir para a frente e resolver a situação, porque a situação vai ser resolvida. Isto é lamentável, é triste. Agora o que eu acho é que não podemos também pensar que Albufeira é só isto, atenção, Albufeira tem muita coisa, muita coisa que não tem nada a ver com isto e que infelizmente pode ou não ser beliscada alguma coisa com este tipo de comportamentos, isso é verdade, porquê? Infelizmente, as redes sociais e já alguém se questionou sobre quem está a filmar lá naquele sítio, qual é o propósito? Ninguém se pronunciou sobre isso. Não será alguém que tenta denegrir o nome de Albufeira? Podem ter certeza que tudo farei e inclusivamente anteontem, sábado, falei com o chefe de gabinete do senhor Ministro da Administração Interna, no sentido de fazer uma reunião urgente com a Ministra no sentido de tentarmos resolver, ajudar a resolver esta situação com a Guarda Nacional Republicana. Evidentemente que não é o Código de Conduta Comportamental, que vai resolver tudo, não resolve tudo, se os empresários não tiverem coimas fortes, não tiverem restrições a determinadas situações, dificilmente isto vai lá. Agora, nós temos de ter coragem de enfrentar essas situações e tentar resolvê-las do nosso lado, depois temos o caso da Guarda Nacional Republicana, compete a ela, a questão da segurança no concelho, obviamente. Ainda há dias o Senhor Comandante Territorial dizia que há dez, doze anos, Albufeira tinha cento e oitenta e dois efetivos e neste momento tem cento e vinte e oito, cento e trinta. Ora, é impossível com o aumento crescente de pessoas, desde há dez, doze anos, como é que nessa altura tinha mais guarda do que agora? É lamentável. Alguém que deixou que Albufeira deixasse de caminhar no tempo e não acompanhasse isto. Garantidamente, se for necessária alguma ajuda, já percebi que há aqui gente com vontade de colaborar e isso é que é importante. É um dever que as pessoas têm, é um direito de cidadania e até de informação do que é que se está a passar. Ainda ontem vi uns vídeos de Lisboa, precisamente a mesma coisa, aqui temos o ónus de termos a Rua da Oura e temos uma



baixa, lembrem-se que a Rua da Oura começou a ser carimbada negativamente na altura do Euro dois mil e quatro. Foi aí que começou a negatividade da rua da Oura, e neste momento quer se queira, quer não, está carimbada de uma forma negativa, é verdade. É bom que este comportamento que está a acontecer na Rua da Oura não ultrapasse tudo o resto, e não se deixe minar tudo aquilo que cada um de nós, cada um de vós, vai fazendo em prol daquilo que é o turismo e aquilo que é a vida em Albufeira. Agradeço sinceramente as vossas participações, as vossas colaborações, caso venham a ser auscultados, acho que é muito importante qualquer um de nós, eu ou qualquer vereador, está sempre a porta aberta, qualquer coisa que queiram sugerir. Recebo gente a partir das sete da manhã, portanto não tenho problema absolutamente nenhum, nem tenho problema em enfrentar os problemas que existem. Não estou a dizer que nada disto é verdade, não, é verdade, lamentavelmente é verdade, e é pena que isso aconteça. Mas estou decidido em tentar resolver o problema no mais curto espaço de tempo. Evidentemente que há aqui questões legais que é preciso salvaguardar. Depois alguém falou na captação de novos turistas, evidentemente, é triste estar a investir dinheiro na promoção turística quando depois acontece este tipo de coisas. É completamente inoportuno, é completamente inadequado, completamente inútil. Mas nós não podemos deixar que isso aconteça, não podemos deixar que o desânimo dê conta de nós, temos de tentar ultrapassar aquilo que é bom por cima daquilo que é mau. Eu pedia agora ao Senhor Vice-Presidente que falasse sobre os apoios de praia uma vez que é do seu pelouro.” -----

Vice-Presidente: "Querida, começar por agradecer a presença de todos a esta casa, que é onde nos devemos expressar com respeito pelo aquilo que é a democracia e, por ser albufeirense. Relativamente à questão dos apoios de praia, eu vou corroborar aqui um pouco aquilo que o Senhor Presidente disse. O senhor Bruno Guerreiro está aqui, já me contactou algumas vezes para resolver outro tipo de situação, portanto, a minha porta está aberta, se for necessário diligenciar perante os serviços a disponibilização de qualquer tipo de documento, a minha porta continua aberta, basta um telefonema, ninguém me contactou e, portanto, é tão simples quanto isto, ir à Câmara Municipal, a porta está aberta, as portas dos senhores vereadores estão sempre abertas e, é esse o meu dever. Relativamente à questão do direito de preferência, eu vou ser muito claro neste aspeto e quero que todos saiam daqui com uma ideia concreta relativamente ao direito de preferência. O direito de preferência terminará em finais de setembro, eu



e o Senhor Presidente delineámos uma estratégia, para que todos os concursos sejam lançados antes do final de setembro, para que quem esteja a explorar os apoios de praia, complexos balneares, possam exercer o direito de preferência. Esse é o meu compromisso com os albufeirenses e, é isso que nós vamos fazer. Todos aqueles que estão a ser lançados hoje, são lançados com este propósito, há pessoas que estão a explorar os apoios de praia completos há vinte anos, há trinta anos, são gerações inteiras e, é esse o meu dever e é isso, aquilo que nós concordamos em lançar. Todos os apoios de praia balneares completos serão lançados até finais de setembro, só hoje vem aqui quatro lotes e, todos aqueles que ficarão ainda por lançar, são seguramente, senhor Presidente, lançados até final de setembro, para que as pessoas que os exploram, que na maior parte dos casos são albufeirenses que aqui residem, que têm aqui o seu negócio, são negócios de gerações e, esse é o meu compromisso, e é isso que eu vou fazer. Isto relativamente à questão do direito de preferência, quanto ao mais é questão jurídica, é uma questão de apresentar no foro próprio aquilo que é a reclamação. Existe um júri para que se possa analisar os processos, qualquer que seja a dúvida que exista e, além do executivo, existe e temos que respeitar, naturalmente, aquilo que é a composição do júri e a sua capacidade para analisar os processos.” -----
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: “Muito boa noite a todos, tinha algumas questões relacionada com caminhos, uma delas a estrada do Vale Loulé, em vinte e sete do dez de dois mil e vinte e um, enviámos um email para a câmara no sentido de melhorar aquela via, está danificada com muitos buracos, as pessoas danificam os carros e até hoje não temos resposta. Pedimos também para que o nosso parque, onde fazemos os mercados, poderemos colocar um pavimento que seja consistente e sem pó, enviámos para a Câmara Municipal, e até hoje também não há resposta. A estrada das escolas e o parque de estacionamento, já ouvi dizer que dizer que está adjudicado, qual é o ponto da situação? Nós ainda não fomos informados. Depois há um ponto que é pertinente, há quatro anos que andamos a lutar e, inclusivamente, o Senhor Presidente esteve no local a falar com os proprietários dos terrenos, para que adjudicassem uma obra, que é um passeio, as pessoas não têm espaço para se desviarem dos carros, o que



me disseram foi que, aquilo é uma estrada das Estradas de Portugal, e que é muito difícil falar com eles, portanto, há quatro anos que espero. O Senhor Presidente esteve lá comigo, falámos com os proprietários para que nos dessem o terreno. Na altura davam o espaço, já passou tanto tempo que hoje já dão menos, mas pronto, tudo é possível. Eu tomei a liberdade de levar ao engenheiro das Estradas de Portugal, coisa que a Câmara nunca chegou a fazer. O engenheiro esteve a analisar o processo e disse que isto tudo é fácil, desde que seja dentro da legalidade e, portanto, gostara de saber o que é que vamos fazer? Vou pedir à Câmara Municipal que nos apoie e que nos deixem fazer, nós pagamos o projeto e vamos fazer a obra desde que nos permitam que se faça, porque aquilo é uma necessidade." -----

Mónica Félix: "Hoje, a intervenção em nome de Albufeira Prometida vai também no sentido das preocupações e indignação que aqui hoje ouvimos dos albufeirenses. De alguns anos a esta parte, têm vindo a crescer comportamentos disruptivos, o que faz com que as famílias se afastem das zonas nobre da cidade e não queiram voltar à nossa cidade. Certamente que todos nesta sala têm filhos, netos, sobrinhos, onde a nossa função é educar e dar o exemplo dos valores de saber viver em sociedade, sempre com respeito pelo próximo. Temos obrigação de dar o exemplo e não permitir de forma nenhuma que as situações ocorridas na semana passada e noutras alturas nos envergonhem perante o mundo. Este executivo tem feito ouvidos moucos às nossas preces, pois desde que iniciámos o nosso mandato em dois mil e vinte e um, que temos alertado para o escalar de comportamentos inadequados que ocorrem na via pública e no interior dos estabelecimentos comerciais. A inércia e a clara omissão de medidas que combatem e previnem estas situações, por parte do executivo merecem-nos censura, porque está ao alcance dos poderes e funções de um executivo agir e zelar pela segurança de todos, pelo bom nome e reputação da cidade. Como o Senhor Presidente disse, em entrevista que deu aos meios de comunicação social, o município tem gastado muito dinheiro para promover a cidade como um destino turístico seguro e o melhor sítio para viver. Ora, nada disto é verdade, pois está à vista de todos, o dinheiro gasto na promoção do destino Albufeira não é compatível com a ação interna deste executivo, pois não têm sido tomadas medidas eficazes de sensibilização, fiscalização e penalização dos infratores que nada contribuem para a boa imagem e reputação de Albufeira. Senhor Presidente, é urgente que este executivo acorde para uma realidade que estão longe de ser agradável e tome medidas eficazes, que passam



por convocar o Conselho Municipal de Segurança, Forças de Segurança, Polícia Municipal e toda a sociedade civil, no sentido de agir com determinação para o restabelecimento e salvaguarda da imagem desta vergonha e humilhação que os albufeirenses sentem neste momento." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, vou passar um esclarecimento aqui para os meus fregueses, para ficar registado o assunto, relativamente à Rua dos Caçadores. Leitura de documento. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata). Para terminar, gostava também de dizer que além da junta ter feito os investimentos que fez, havia os postes de iluminação que ficaram no meio da estrada, onde foram pedidos para serem retirados, foram retirados, e portanto, os proprietários cederam terrenos. E hoje estão frustrados, porque deram os terrenos, que ninguém dá nada a ninguém, com o objetivo de fazer lá uma circulação daquilo ser alterado, e até hoje não foi. Sei que vai ser resolvido, o Senhor Presidente já aqui explicou, era só para explicar aos fregueses e à Assembleia." -----

Margarida Guilherme: "Boa noite, o que me traz hoje aqui, o que já me trazia aqui antes de saber que hoje se ia falar destas situações, era exatamente aquilo que se passa na rua da Oura, e eu gostava em vez de fazer um discurso escrito, tenho aqui algumas notas e de o ler, gostava de falar da minha experiência nestes quarenta e tal anos de vida adulta em Albufeira, e hoje estou em casa, estou na terra da minha mãe, passei muita parte da infância aqui, é uma terra que eu amo e amo também Albufeira. Já me mudei um pouco para Faro, estive nestes últimos sete anos em Faro, porque de certa forma, já não me sentia bem em Albufeira. Eu ia passear com as minhas três filhas, uma adolescente e as outras crianças e uma bebé para a Oura, para o centro de Albufeira e não sentia qualquer receio, não sentia qualquer nojo, não sentia problema nenhum. E, já de há dez anos para cá, que a coisa se começou a modificar, a última experiência que tive triste, foi agora há cerca de duas semanas, a minha filha que tem dezoito anos e que está estudar na Universidade, a mais nova, a tal que era bebé e passeava connosco no carrinho de bebé no centro de Albufeira e na Oura, agora tem 18 anos. E há muitos anos que me diz, eu não quero ir para a Oura, e já há muitos anos que apanha o comboio para ir passear com os amigos, para Faro e para outras terras e isto sempre me entristeceu. E hoje aqui senti a dor destas pessoas, senti também a preocupação do nosso Presidente e tenho de dizer que estou em solidariedade, tanto com as pessoas que aqui vieram um pouco a tremer enquanto falavam, como com o



Senhor Presidente e o esforço que tem de fazer para lidar com esta situação. O que é facto é que algo que tem de ser feito. A situação de há duas semanas, eu fui a um passeio com a minha filha de dezoito anos, que veio cansada de estudar e diz, vamos lá dar um passeio em Albufeira, e tínhamos jantado num restaurante indiano e fomos dar um passeio. E fomos dar um passeio, mas o passeio em vez de ser um passeio agradável, bem-disposto para nós espairecermos daquelas coisas graves da vida, o passeio foi um socorro às vítimas da Oura. Eu estive uma hora e meia a chamar uma ambulância para uma jovem britânica, que ficou com o meu contacto, e eu com o dela, tive uma hora e meia, o namorado dela esteve uma hora e meia segurando com papéis o pé dela, porque ela enfiou literalmente o pé em cima de um copo partido e havia cinco minutos que andava pela Oura, e era a primeira vez que estava na Oura e disse-me quando a ambulância chegou: "Margarida i will never return to Albufeira again". Isto doeu-me tanto, aquela rapariga não volta mais a Albufeira. Depois foi para Faro para que lhe coserem o pé. É triste porque nem tão-pouco havia um bar que tivesse uma toalha ou um pano para amarrar o pé da rapariga, só havia papel higiénico e guardanapos, tudo isto é degradante, tudo isto é triste. Eu trabalhei no Tribunal de Albufeira há uns largos anos como tradutora, às vezes ao lado do Doutor Raúl, que na altura trabalhava também no Tribunal de Albufeira e havia uma figura jurídica que se chamava atentado ao pudor. Isto já não existe, pelos vistos, já não é necessário, se existe, pelo menos as pessoas não são detidas, e sei que na altura eram detidos, eram levados ao juiz, eu estava ali para traduzir e ouvia o juiz dizer isto: "O facto de estar alcoolizado não justifica o crime que cometeu", e o crime era às vezes só um atentado ao pudor. Eu lembro-me de junto à Oura estar um grupo de homens a jogar futebol e decidiram que haviam de distinguir-se, uns estavam de t-shirt e de calção, era assim que eles distinguiam as duas equipas e os outros estavam nus. Eles foram todos detidos e foram todos presentes a juiz, e o juiz disse a todos que o facto de estarem bêbados não justificava. E mais, eu a seguir fui com cada um deles ao multibanco, buscar setenta contos para pagarem de multa de atentado ao pudor. Isto desapareceu, maravilha, portanto agora não há atentado nenhum, não se paga nada, e faz-se tudo. Faz-se hardcore em cima dos balcões da Oura, tudo isto é triste. Queria só contar esta pequena história, não preciso que me responda, mas hoje perturbou-me muito ouvir estas pessoas que aqui falaram." -----



Luna Silva: "Em nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira e do senhor Presidente da Assembleia Municipal, considerem-se todos devidamente cumprimentados. Depois de ter ouvido de forma atenta todas as intervenções do público, nomeadamente a do senhor Bruno Guerreiro e senhora Maria Carolina Guerreiro, que vieram pedir esclarecimentos sobre a sua candidatura ao concurso das unidades balneares um e quatro da Praia da Rocha Baixinha, permita-me, Senhor Presidente, que reitere as perguntas que os mesmos colocaram por entender que o Senhor Vice-Presidente não respondeu de forma clara e transparente às perguntas que foram colocadas, limitando-se apenas a responder que a porta do seu gabinete está sempre aberta. Mas, Senhor Vice-Presidente, não são essas as palavras que os nossos munícipes esperam deste executivo. Ainda de acordo com os mesmos, foi dito e passo a citar que existem congruências gritantes com os projetos apresentados pelos concorrentes que foram entregues, pontuações que pareceu ajustadas de forma a que ficássemos meia décima abaixo do primeiro classificado, que várias propostas admitidas tinham fatores de exclusão que deveriam ter resultado na sua desclassificação e, por fim, foi afirmado por estes intervenientes que os prazos do programa concursal foram incumpridos e ultrapassados pelos serviços desta Câmara. Face à gravidade do que aqui foi reportado, pelo desrespeito pela lei da LADA e por entender que o mencionado em sede desta Assembleia coloca em causa a seriedade, rigorosidade, e estrito cumprimento dos procedimentos concursais dos apoios de praia, e por tal, na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, venho pelo presente meio, fazer uso da alínea B do número dois do artigo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal, que refere que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade desta Câmara Municipal e, por tal, quero entregar a esta Mesa um requerimento por escrito (Doc. n.º 2 anexo a esta ata), solicitando que me seja entregue no prazo legal a listagem dos concorrentes ao concurso das unidades balneares do Concurso da Praia da Rocha Baixinha. Todos os projetos, todos os documentos associados às propostas dos concorrentes deste concurso, bem como o relatório preliminar com a avaliação das candidaturas e as pronúncias em sede de audiência prévia por parte dos concorrentes. Por fim, termino a minha intervenção passando para outra temática, a segurança e o turismo e, por consequência, a imagem do nosso concelho. Lamento, mas lamento mesmo o facto, de depois de tantas intervenções feitas nesta Assembleia por todas as forças das bancadas políticas, pelos



nossos munícipes, no sentido da necessidade da criação de um código de conduta e de medidas urgentes face a estes comportamentos inapropriados, inadequados de alguns turistas do nosso concelho. Que só após os mesmos, terem sido reportados e passados em sede de imprensa na televisão nacional, é que esta Câmara Municipal, se dignou finalmente a avançar com a criação de uma comissão para elaboração de um código de conduta." -----

Silvia Dias: "Boa noite, venho realçar a importância dos funcionários da Câmara Municipal de Albufeira, a Câmara Municipal de Albufeira tem muitos bons funcionários, um executivo para apresentar bons trabalhos e bons projetos que têm de colaborar e trabalhar em conjunto com esses funcionários. Por isso, considero eu que, Senhor Presidente, todos os funcionários devem ser valorizados e tratados da mesma forma, como por exemplo, quero agradecer muito ao empenho dos técnicos de informática que tiveram nas eleições europeias, pelo trabalho digno que realizaram nestas eleições. Outro ponto que gostaria de falar é que, sou de Albufeira e estou ao lado de todas as manifestações aqui hoje relatadas. Nós temos falta de turismo sim, mas turismo de qualidade, não temos falta do turismo como temos verificado nas nossas ruas, bem como muitas vezes com comportamentos desadequados, a realizar as suas higiènes na via pública. Albufeira tem um efetivo de GNR, até bastante ativo, mas pergunto se já foram ao quartel da GNR e viram as condições que aqueles agentes trabalham? Aqueles agentes fazem um excelente trabalho, as condições que têm, não são admissíveis, aquela pintura, é do quartel de origem, aquele balcão, era de um cartório há anos, provisório, e lá está. Umhas cadeiras com aspeto desadequado e usado, tanto o turismo como os munícipes que lá vão ao posto da GNR apresentar uma queixa, vêm como são recebidos, é um brio a forma como são recebidos, daquela forma não. Aquilo não tem qualquer condição de um posto de GNR." -----

Raul Ferreira: "Quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Senhor presidente da Câmara Municipal e demais presentes, quero também cumprimentar de uma forma muito especial as gentes de Paderne. Finalmente a Assembleia chegou a Paderne, bem-haja Senhor Presidente. A minha colega de bancada já falou, e fez o enquadramento do que se passa em Albufeira e eu gostava aqui de referir algumas questões do ponto de vista jurídico que eu penso, que tem importância. Nós gostamos de falar que existe pouca ação por parte da GNR e demais autorizados, mas, na realidade, a questão é a seguinte, existe uma lacuna a nível do



Código Penal, para este tipo de comportamentos, e isto dificulta muito a ação das autoridades. Para terem uma noção daquilo que estamos a falar, o que se passou e que se viu nos vídeos, do que se passou na Oura, é um crime de importunação sexual previsto e punido no artigo cento e setenta do Código Penal, e este crime é uma conduta de importunar uma outra pessoa, praticando perante ela atos de caráter exibicionistas. Portanto, este crime carece para a polícia possa atuar de uma queixa, de alguém que se sinta ofendido pelo ato que as pessoas estão a praticar, ninguém de uma forma geral quer ter a chatice de apresentar uma queixa, ter os custos inerentes ao andamento dessa queixa, portanto, as autoridades, de certa forma, vêm cerceada a sua ação de agir contra estes indivíduos. Eu não sou albufeirense, estou cá há trinta e quatro anos, os meus filhos nasceram em Albufeira e sinto Albufeira também como se fosse minha, e uma coisa que eu não quero é sentir-me constrangido de andar na minha terra, eu penso que isto tem de ter uma solução. Efetivamente, um código de conduta pode de alguma forma arranjar aqui uma solução para este problema, mas existe outro problema aqui que tem a ver com o ponto de vista da Constituição. A Lei Penal tem de ser obrigatoriamente legislada pela Assembleia da República, portanto o Município não tem capacidade jurídica de por si só, estabelecer penas e estabelecer aqui de alguma forma o controlo criminal da situação. O MIPA perante esta situação, e porque entendemos que temos de ter uma reação proativa, porque Albufeira vive do turismo, o turismo é o nosso ganha-pão, direta ou indiretamente, e a imagem que nós estamos a dar para o exterior é péssima, e a imagem para os nacionais também é má, portanto, nós temos que arranjar uma solução e, no nosso entender, a solução passa, basicamente por fazermos uma petição para a Assembleia da República. Para isso, lançamos aqui o desafio a todas as forças políticas da Assembleia, às associações do concelho de Albufeira, e quem quiser participar nessa petição de forma que a Assembleia crie uma solução deste tipo de crime. E o crime tem de passar, no meu entender, de um crime semipúblico para um crime público. Isto quer dizer uma coisa muito simples, o crime não precisa de se apresentar uma queixa por parte alguém para ser crime, basta a autoridade presenciar estes comportamentos indecorosos, fora de todo o contexto e que nos importunam a todos, para atuar e penso que essa é a solução, portanto, lanço o desafio a todos vós. O MIPA vai elaborar a petição, necessita da colaboração de todos que queiram participar, nesta Assembleia existem diversas pessoas ligadas ao direito, podem de uma forma muito clara e objetiva, colaborar connosco e estou a ver já aqui



sorrisos na bancada, portanto conto convosco para que a solução seja efetiva. A culpa aqui, como disse o senhor Presidente, não é só de uma entidade, portanto, isto é um conjunto de culpa, é nossa que deixamos isto acontecer, é dos agentes comerciais que também têm uma ação passiva, e é da câmara também que podia de alguma forma controlar, nomeadamente a nível dos horários de funcionamento.” -----

Carla Madeira: “Muito boa noite a todos, como albufeirense que sou, nasci em Albufeira, apesar de morar aqui em Paderne, e ter grande parte das minhas raízes aqui não posso deixar de ser solidária com tudo aquilo que foi dito, aliás, as pessoas que aqui estiveram a falar, grande parte delas até foram meus colegas de escola. Queria só reforçar o seguinte, Senhor Presidente, isto não prejudica apenas o turismo, eu tenho uma agência imobiliária, e de há uns anos para cá, vejo a falta de investimento que há, especialmente nos portugueses que compravam aqui uma segunda habitação e deixaram de o fazer, não na totalidade, mas grande parte deles deixaram de investir em Albufeira na compra da segunda, casa de férias. Eu devo lembrar que o IMT é um dos impostos que traz mais receita ao município e que estamos também a ser prejudicados nesse sentido. Queria também reforçar o que já foi questionado pelo Senhor Presidente e uma vez que estamos em final de aulas, e não vai haver circulação naquela estrada, se já há uma data para iniciar as obras daquela estrada, o troço do cemitério até ao novo bairro.” -----

Adriano Ferrão: “Boa noite a todos, não podemos deixar por parte do nosso lado da bancada de falar um pouco sobre isto, sobre o que já foi aqui falado amplamente, o público já aqui trouxe alguns relatos, foram realmente pungentes também, alguns dos senhores deputados, os meus colegas também já aqui falaram e eu penso que consensualmente estamos todos preocupados com Albufeira, com esta situação que se desregulou, tem uma razão talvez histórica para que tenha vindo a ser assim. Albufeira já foi um destino balnear em que tinha também animação noturna, hoje em dia, às vezes é tida mais para um destino de animação noturna, mas também tem balnear e isso perverte um bocado a situação, esse equilíbrio daquilo de quem vinha para passar uns tempos de férias na praia com a família e depois podia sair à noite, jantar bem e beber um copo num sítio aprazível, e isso veio a terminar, porque realmente começou a existir um conjunto de turistas, de uma outra gama, que acharam o destino barato, cada vez mais barato e acessível, no fim de conta a pessoas que, se calhar, não têm o lado cívico, o lado da educação, para estar num sítio como Albufeira e trazem



comportamentos completamente insatisfatórios que não se conseguem justificar de maneira nenhuma. Mas eu quero congratular o executivo camarário pela vontade de resolver. Foi isto que o senhor Presidente disse, há uma vontade de resolver, que vem no seguimento da vontade da população e essa consonância é simplesmente exigível até que nós tenhamos este problema resolvido. E não vai ser fácil de resolver, porque o desenvolvimento destes comportamentos às vezes são imprevisíveis, são instantâneos, são grupos que nós não podemos filtrar, nem no destino de origem, nem nos aeroportos, não sabemos que pessoas é que lá chegam, e quando chegam, eles até se podem portar bem durante dois dias e, de repente, a terceira noite fazem um disparate destes. E fazem disparates destes quando menos se espera e muitas vezes os responsáveis, este foi de dia, e de dia não tinha gente efetiva suficiente para os tirar de lá, tinham os empregados, mas não tinham uma segurança ativa naquele momento. Bem, isto pode acontecer à noite, pode acontecer de dia, nós não queremos que isto aconteça, mas claro que esta solução para uma situação destas tem de ser integrada, tem que haver uma fiscalização, um policiamento sério. Há mais de doze anos que eu vejo o pedido à Administração Interna, ao Ministério da Administração Interna, para que se aumente o número de efetivos em Albufeira. Enfim, horários mais conservadores, o Código de Conduta para a responsabilização dos proprietários, eu penso que são ferramentas que podem realmente consubstanciar a solução desta situação. Por fim, eu queria congratular também o executivo, porque fala-se muito aqui dos problemas, não se falam das coisas boas, pelo conjunto de benefícios, inaugurações que se tem feito ultimamente e que melhoram a vida dos albufeirenses e que contrariam aquele velho preconceito, "só se inauguram as coisas quando há eleições autárquicas", afinal durante este período do mandato já se vão inaugurando coisas. A última, se não me engano foi o Polidesportivo da Quinta da Palmeira, temos tido também um prolongamento das ações e iniciativas no âmbito da comemoração dos cinquenta anos do 25 de abril e que todas elas são a uma mais-valia e devem ser que enaltecidas e não focarmos só no lado mau, no lado negativo das coisas. Há coisas que o nosso concelho tem muito boas, devem ser também salientadas, porque esta contraofensiva, se quisermos falar das coisas boas, contra as coisas más, que vão trazer também cá, e vão fazer continuar a que os turistas venham cá e que nós sejamos sempre um destino apetecível. É bom saber que a governação de Albufeira não tem férias e que dura quatro anos." -----



Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, considerem-se todos cumprimentados, começo a intervenção por deixar claro que a bancada do PSD/CDS está absolutamente solidária com aquelas pessoas que aqui falaram, no que diz respeito à má conduta de alguns turistas e que efetivamente está a prejudicar muito a nossa cidade. Mas está solidária e não é de hoje, está solidária de há muitos anos, até porque eu falo nesta assembleia sobre o código de conduta, há pelo menos três anos, vejo com muito bons olhos aquilo que é a decisão do senhor Presidente de avançar para este código de conduta de uma forma efetiva e constituir então uma comissão trabalho nesse sentido e gostaria aqui de focar a minha intervenção naquilo que é a questão das forças de segurança. Sabemos que as forças de segurança em Albufeira são as possíveis e que fazem aquilo que é possível, mas acho que nos devíamos conformar com isso. Acho que devíamos exigir ao Ministério aquilo que é o reforço, acho que devíamos fazer efetivamente uma petição e colaboro com aquilo que é a proposta feita pelo Deputado Raul Ferreira e devíamos até verificar se efetivamente, Albufeira se coaduna com aquilo que é presença daquele tipo força policial. Devíamos debruçar-nos sobre isso, eu acho que tudo isto seria evitável, naturalmente, se senhores empresários não autorizassem nas suas casas aquele tipo de postura, logicamente, mas mesmo que eles autorizassem, se houvesse uma força de segurança efetiva e presente, estes tipos de situações eram devidamente colmatadas de imediato e certamente que duas ou três ou quatro situações colmatadas, depois não iriam dar aquele fator multiplicador que estamos a ter. Estamos a ter um efeito multiplicador, é lógico, se os turistas saem daqui a mostrar nos seus destinos, as figuras tristes que aqui fizeram, há de haver sempre um triste que quer fazer o mesmo tipo de figura. E se isso for reprimido cá, deixará efetivamente de acontecer. E, portanto, o meu enfoque agora é naquilo que é o reforço das forças de segurança, chamando também à coação, com o devido respeito, aquilo que é responsabilidade dos senhores proprietários dos bares. Não me vejo nunca a ter um estabelecimento e autorizar um tipo de postura daquelas, como certamente a maioria das pessoas que aqui estão se vêm e, digam o que disserem, que foi o gerente, que foi a falta de segurança, a responsabilidade é do proprietário, e os senhores proprietários têm que ter assentes que, se têm aquele tipo de negócio nas suas casas não podem autorizar aquele tipo de posturas, e isso passa pela sensibilização do município, naturalmente, passa por aquilo que é a responsabilização que nós temos que



dar a essas pessoas também, chamando-os à razão enquanto cidadãos, naturalmente, indignando-nos sobre isso." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, é com gosto que vejo a sala cheia, ainda que por motivos tristes. Sobre estes acontecimentos, últimos e chocantes da baixa de Albufeira e principalmente da Oura, queria ainda deixar aqui uma pequena reflexão. E a questão é esta, este tipo de negócio começou na Oura, os problemas há anos que se constataram, depois este tipo de negócio migrou para a baixa de Albufeira, e o problema migrou para a baixa de Albufeira. Hoje, Albufeira tem dois problemas, a Oura e mais a baixa de Albufeira. Se não tomarmos medidas irá ampliando. A questão aqui também está na questão do licenciamento, se eternamente continuarmos a licenciar bares, qualquer dia é da baixa, é para cima, para o lado do mar é que não irão, mas têm ainda muito por expandir. Portanto, quando os problemas na Oura surgiram, temos de dizer isto, as devidas autoridades minimizaram os problemas, tentaram ignorar os problemas, não tomaram as medidas na altura certa, e isto foi se arrastando e ganhou a dimensão que ganhou e a questão não é só estas imagens mais chocantes, a questão é do dia a dia, porque se formos à baixa de Albufeira, por exemplo, tenho uma pequena residência e, ainda hoje a porta estava toda vomitada. E não era das pessoas que lá moram, e o que é isto, diz a rua toda suja, e a balburdia, a gritaria, portanto, é um somatório de questões, de comportamentos, de atitudes que não são só estas as mais chocantes. E volto atrás, a questão é, que isto é um tipo de negócio instalado, que dá muitos lucros e quanto ao qual temos que tomar medidas, com certeza chamar a atenção e à responsabilidade também, desses agentes económicos, e claro em primeiro lugar, a Câmara e as outras autoridades a desempenhar o seu papel. Eu lembro-me que antes da pandemia, criou-se uma comissão ainda na anterior Assembleia, para rever os horários dos estabelecimentos noturnos, houve uma proposta, chegou a ser posta à discussão e que, previa a redução da hora, quer dos bares quer das discotecas, isso depois morreu tudo, nunca foi para a frente e porquê? Porque quanto mais horas trabalham os bares e as discotecas, mais problemas existem, porque as pessoas vão continuando a beber. O problema também está aí, parece que havia uma lei antigamente que dizia que, a partir do momento que alguém estivesse embriagado o dono do estabelecimento não podia fornecer bebida, portanto, as responsabilidades estão repartidas. Já que estamos em Paderne, eu na última Assembleia em Albufeira levantei a questão da requalificação de Paderne, o meu amigo e Presidente da



Freguesia já falou e eu só queria dar aqui duas ideias. Primeiro, Paderne no âmbito desta requalificação precisa de um projeto âncora que traga turistas a Paderne, e esse projeto âncora só pode ser o museu do Barrocal que há vinte anos que aparece nas GOP's e de repente desapareceu das GOP's e do orçamento, isso por um lado e, por outro, a variante a sul, que está prevista nesse plano de requalificação para abrir uma possibilidade de terrenos urbanizáveis encostados a Paderne e não construir aldeias isoladas que não fazem depois comunidade. Aqui o que se necessita é de integrar no PDM exatamente essa variante a sul, de modo que haja terrenos urbanizáveis para resolver o problema da habitação e para que Paderne possa crescer." -----

Helena Simões: "Boa noite, vou começar por clarificar uma situação que aconteceu na última assembleia de vinte de maio, na qual eu me ausentei. Para quem não sabe, eu a par de deputada municipal também sou advogada no concelho, ausentei-me da sala por mera cautela profissional, no âmbito de eventual conflito de interesses. Nada teve a ver, muita especulação que se criou por aí, nada teve a ver com o facto de não concordar, não é com a aquisição sim ou não, é com aquilo que a aquisição visava alcançar, que era a ampliação de um equipamento importante na freguesia de Ferreiras, concelho de Albufeira. Esclarecida esta situação e desmistificada, gostaria ainda que em forma de suma, até porque já foi amplamente falada aqui, a questão dos excessos, das embriaguezes, se é crime, se não é crime, se esteve no Código Penal e já não está, se depende de queixa ou não depende de queixa, obviamente, estão aqui muitos juristas que poderão ajuizar acerca da situação, no entanto, algum é inegável, o licenciamento dos bares, é lei habilitante, é lei pública, vem do Estado não é da autarquia. A autarquia tem uma flexibilidade a nível de horários, mas a nível de licenciamento propriamente dito, o estabelecimento cumpre é obrigado a licenciar. Recordo-vos que ainda há um ou dois anos, se não me falha a memória, foi fechada uma discoteca em Albufeira e, pasme-se, seis meses depois estava aberta, e não foi a Câmara, foi a nível nacional, ou seja, dizer que a culpa está em quem licencia os bares, quando, na realidade, o licenciamento vem de uma lei habilitante, parece-me um tanto ao quanto errado. Dizer que, não nos esqueçamos falta de contingentes, falta de recursos humanos, falta de equipamentos de materiais, de veículos, não é de hoje, não é de agora, já é o meu terceiro mandato, e não há Assembleia nenhuma em que eu tenha feito parte que não tenha sido redigido um documento que se pede para ser extraído e enviado para a Assembleia da República, para o Ministro da Administração



Interna, enfim, todos os esforços têm sido abordados e pura e simplesmente o poder central ter feito ouvidos moucos de Albufeira. Dizer que Albufeira ou a promoção que o executivo faz de Albufeira não é compatível ou compaginável com a tentativa de captação no emissor de turismo de qualidade é errado, Albufeira enquanto município, enquanto executivo, tem vindo a investir aos emissores de qualidade de turistas por e simplesmente a iniciativa privada, muitas delas que não está sequer situada em Portugal, promove sim o tipo de turismo da despedida de solteiro, do beber até cair, enfim, mas é iniciativa privada, nada tem a ver com o executivo. Ainda assim, tentando culminar e cumprir com o tempo que me sobrou, eu gostaria de instar o companheiro e deputado Raúl Ferreira para concretizar a formalizar a proposta que fez ainda há bocado oralmente, para que todos possamos em conjunto e junto dos nossos munícipes, fregueses, enfim, todos juntos, elaborar um documento, uma petição a ser entregue na Assembleia da República e quiçá votada e, quiçá, alterar o paradigma que neste momento temos, que nos afeta nós, mas que, obviamente, os duzentos e trinta que lá estão em cima mais o Governo não sentem na pele. Por isso, gostaria de instar e gostaria de instar o Presidente da Assembleia Municipal a aceitar essa proposta ainda hoje e gostaria de instar os demais deputados a votá-la favoravelmente e criar-se uma comissão de trabalho para se começar a trabalhar nisto ontem.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, efetivamente não tinha nenhuma intervenção para fazer antes da ordem do dia, mas a primeira questão que quero aqui deixar clara é que há um ditado que diz, cada cabeça sua sentença, efetivamente, tem interpretações de uma realidade à vista de todos, o dinheiro que tem sido investido e gasto na promoção de Albufeira como destino turístico, tem sido e perdoem-me a expressão inóculo, vemos e revemos situações que lamentavelmente têm ocorrido e que nos envergonha, não tenho outra palavra para o dizer. Efetivamente e, por outro lado, quero dizer que a questão do Código de Conduta que, pelos vistos, está falada em Assembleias e pelo executivo desde dois mil e dezassete, nós, Albufeira Prometida desde que tomámos posse e, desde que iniciámos funções, temos batido por essa criação, por essa elaboração e, na verdade, houve alturas até que se riram de nós. Porque não havia necessidade, não há necessidade, não se passa nada em Albufeira, todos hoje estamos aqui indignados, estamos todos envergonhados, humilhados, com aquilo que se passa. Efetivamente têm de ser tomadas medidas, medidas que passam não só por reclamar mais segurança, sem dúvida, reclamar junto a quem de direito e



quem é que é de direito? Vamos falar numa linguagem simples, uma linguagem que todos percebam, chamar a quem de direito é pedir, solicitar, apelar ao Governo, ao Ministério da Administração Interna que nos deem meios, mas, mas tem de se responsabilizar aquilo que está ao alcance deste executivo. O executivo tem meios legais ao dispor para que minimize muitos dos comportamentos que temos vindo lamentavelmente a assistir. Por último, a bancada do Albufeira Prometida partilha e, subscreve o documento que foi elaborado em conjunto por todos e que foi lançado pela bancada do MIPA." -----

Carlos Mendes: "Boa noite, para proibir de vender droga naquelas ruas da Oura e de Albufeira não é preciso termos um Código de Conduta, basta haver mais fiscalização. Não me venham dizer que aquilo não é droga, que é um pó qualquer que eles põem lá, o facto é só um, é que as pessoas, os turistas vêm e são confrontados todos os dias com pessoas a oferecer droga em plena rua. Além disso, alguns até escondem a mesma droga dentro dos estabelecimentos. A nível de transportes há uma ilegalidade que é por demais. Já que estamos em Paderne, fazer uma pergunta, como é que vai ser aquele campo dos Elóis? Foi inaugurado à pressa, pelo menos no meu ponto de vista, diga-me lá quando as pessoas, os pais dos miúdos vão ver os seus filhos, a praticar desporto onde é que vão fazer as suas necessidades? Um homem sabemos que é fácil, agora as senhoras é mais complicado. Portanto, eu gostaria que o Senhor Vice-Presidente visse isso, porque, mas nós aqui em Paderne, já nos chega o João Campos que também foi feito à pressa, e a pressa que deu sabe qual foi? Não podemos participar em competições nacionais, agradecia que o senhor vereador explicasse se vai haver iluminação no sintético do campo dos Elóis e as ditas bancadas e as casas de banho." ---

Presidente da Câmara: "Obrigado pelos contributos que aqui deixaram. O João Guerreiro falou da estrada de Vale Loulé, que tem o problema das bermas, mas o problema daquela estrada em colaboração Junta de Freguesia e Câmara Municipal, facilmente se resolvem, bem como a pavimentação deste parque junto ao campo de futebol. Relativamente à rua da escola, o senhor Presidente da Junta disse que não sabia, mas acho que sabia, acho que os técnicos da Câmara, na altura falaram consigo. Houve aqui alguma dúvida jurídica sobre a atribuição desta empreitada ao empreiteiro que ficou com obra, porque houve uma proposta mais valorizada, no entanto, essa situação está ultrapassada e dentro de pouco tempo poderá ter condições para se iniciar essa mesma empreitada. Relativamente à questão do passeio no Purgatório, o



alargamento da estrada, já lhe disse algumas vezes, é uma estrada nacional, cuja responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal, não é o problema de a Junta pagar o projeto, a Câmara não precisa que isso aconteça. Eu só preciso é que haja uma autorização da IP para fazer o alargamento, e se se justificar, porque é preciso também ter em conta, não vamos alargar meio metro o passeio quando depois é preciso fazer um muro de suporte, que é um balúrdio de dinheiro. São situações que estão a ser ultrapassadas, vão ser resolvidas e, primeiro tem a ver com uma autorização da IP, já houve aqui duas questões, uma lomba entre o Restaurante Zip, e a outra casa que está em frente, pedida e assinado o ofício por mim, e o alargamento de uma das pontes que está aqui, que não foi alargada, e a IP quer uma situação quer outra, negou autorização para isso. Portanto, só para ficar esclarecido que a IP é ainda a dona desta estrada, não é a Câmara Municipal. Relativamente à questão do Senhor Presidente da Junta de Ferreiras, enfim, diz que quem decide é o Presidente e os vereadores, pois claro, tem sido, mas evidentemente que os pareceres têm de ser do ponto de vista técnico, tem de ser devidamente salvaguardado. Eu não estou em condições de verificar se uma parede com dois metros de altura que cimento é que pode levar ou que ferro é que não deve levar, não sou técnico nessa área, portanto, tenho de me valer de um técnico para dar algum parecer sobre isso, agora não podemos deixar, obviamente, que os técnicos substituam os decisores, e que os decisores substituam os técnicos. Relativamente às outras questões relacionadas com a segurança, com comportamentos, com estas situações todas que foram aqui transversais, primeiro que tudo queria referir aqui a intervenção do senhor deputado Raul Ferreira e felicita-lo pela sua intervenção, porque realmente é um problema, ainda há dias falando com o Major Pereira, ele mostrou-me algumas decisões ou sentenças do Ministério Público, dizendo que aquela intervenção não constituía crime, então libertou as pessoas. Portanto, isto não é tudo tão linear, dizer que se pode fazer isto ou que se pode fazer aquilo, como a senhora deputada Mónica Félix, diz que é uma inação, uma inércia, um inóculo, o executivo tem de acordar, o executivo não acorda porque não está a dormir, estamos perfeitamente acordados. É bom que se diga, e também já ouvi aqui, que o primeiro responsável não é a Câmara Municipal, não é de certeza absoluta, evidentemente, já disse há pouco, e não refuto as responsabilidades da Câmara Municipal, antes pelo contrário, até absorvo mais responsabilidades que a própria Câmara Municipal tem. As dificuldades são enormes, não se pense que o código de conduta resolve os problemas



todos, há aqui um problema de cada um de nós e ainda há pouco se falou que era preciso testemunhar o atentado ao pudor, é preciso haver alguém que se queixe, pergunto a estas pessoas todas que estão aqui, houve cidadãos que viram alguma coisa e já se queixaram? Será que se queixaram quando viram isso? É que a partir do momento que há uma queixa, há uma possibilidade de ação da própria Guarda Nacional Republicana. É bom que se entenda que, não é tão linear desta maneira, porque falar é extremamente fácil, fazer é um pouco mais difícil. E os dois exemplos que o Major Pereira mostrou, são precisamente sinónimo disso, ele dizia o que é que nós estamos aqui a fazer. Por isso, corroboro novamente, o senhor deputado Raul Ferreira temos aqui uma intervenção ótima no sentido de elaborar uma petição, a sair desta Assembleia, no sentido de remeter à Assembleia da República, e tentar alterar, que não será fácil com certeza, algumas dos diplomas legais que existem nestas situações, porque isto seria tudo muito mais fácil, porque se não for alterada essa parte não adianta muito, porque mesmo que haja segurança, que haja Guarda Nacional Republicana também não há possibilidade, não há lei enquadrável para agir. Agora, os empresários, proprietários dos bares e dos estabelecimentos de restauração e bebidas têm grande responsabilidade, mas enorme responsabilidade, são eles que servem as bebidas àquelas pessoas, às pessoas embriagadas, não podem ocultar nem alegar desconhecimento dessa realidade, e o que é que eles fazem? Nada. É bom que se entenda, por isso, reuni no dia dezanove com todas as associações empresariais desde a AHETA, AIHSA, ARESP, Associação de Barmans, APAL, todas elas do concelho de Albufeira, no sentido de sensibilizar os seus associados e não só, e os seus colegas, porque eles estão a ajudar a estragar o destino Albufeira. Também há uma coisa que é importante e peço encarecidamente que isso aconteça, não tem de haver desanimo, não tem de haver crítica velada só por política, politiquices, isto não resolve literalmente nada. Temos é que unir esforços no sentido de ajudar a resolver este problema, este problema tem de ser resolvido, há maneiras fáceis de resolver, há maneiras mais difíceis de resolver, há maneiras que eventualmente vamos pensar que elas são aplicáveis, mas certamente não serão aplicáveis, agora não interessa estar aqui a criticar destrutivamente estas situações, acho que não, acho que temos de unir esforços no sentido de resolver. Isto tem de ser resolvido, se não for resolvido Albufeira passará futuramente, nos próximos tempos, por problemas piores ainda, porque realmente não é bom, porque aquilo que se anda a fazer em termos de promoção



e termos do que alguns empresários vão trabalhando positivamente, porque há muitos positivamente, Albufeira não é apenas parte negativa, conforme às vezes se quer fazer crer, não é verdade, não se pode generalizar uma coisa que está localizada em dois focos, não podemos deixar que evolua, temos é que tentar estancar e anular alguns destes comportamentos e algumas destas situações." -----

Presidente da Assembleia: "Presumo que sei o que vai apresentar, nos termos do Regimento é possível incluímos um ponto na ordem de trabalhos para deliberar, e será no momento seguinte, portanto, das duas uma, ou fazemos logo no início ou fazemos no final se a Assembleia assim o entender, portanto, pode votar por dois terços com urgência, e podemos incluir, é só uma questão regimental." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período da Ordem do Dia. --

ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia lê proposta apresentada pelo MIPA. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Helena Simões: "Eu gostaria só de saber se seria possível admitir o acréscimo, de um, dois, três representantes da sociedade civil, parece-me que faça sentido chamar até nós, pelo menos o representante do grupo que aqui está, bastante organizado e bastante desgostoso com a situação que se vive atualmente em Albufeira, mas é um acréscimo não é em alternativa." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, penso que esta petição estando



provada, cabe à Comissão depois avançar com a sua constituição, com os seus elementos e fazer o regulamento da própria Comissão. Acho que é mais interessante do que estarmos aqui com a A, B, C ou D. Depois se houver alguma reclamação, quem estiver interessado em participar nessa comissão possa manifestar esse interesse, e se os senhores deputados assim o entenderem, incluirão quem entenderem como conveniente. Eu formalizarei a todos os movimentos e partidos políticos, a indicação de, pelo menos um elemento para esta Comissão. A Comissão reunirá e constituirá o grupo. " -----

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "A bancada do Albufeira Prometida tem alguns pedidos de esclarecimentos Senhor Presidente. Consta na página vinte e cinco da informação, um ajuste direto de duzentos e oitenta mil euros com a empresa Grupopie Portugal SA, com finalidade de licenciamento e locação de solução tecnológica para gestão da taxa Turística Municipal. No regulamento da Taxa Turística é omissa a intervenção de uma empresa externa ao município para a gestão tecnológica da plataforma, perguntamos se esta verba será cobrada anualmente ao município? Ou se este valor será imputado à receita proveniente da taxa turística? Porque, na verdade, este valor, ou melhor esta despesa não se encontra previsto no Orçamento. Segunda questão, na mesma página verificam-se três ajustes diretos de aquisição de serviço a uma deslocação aos Estados Unidos com o propósito de promover o destino Albufeira, o que totaliza o valor de cinquenta mil e seiscentos e cinquenta euros. Perguntamos se foi uma iniciativa interna do município, ou se existiu alguma articulação com a APAL? Voltando ainda à taxa turística, mas na página vinte e seis, foi efetuada uma consulta prévia para a aquisição de serviços de criação e implementação de ações de lançamento e comunicação da Taxa Turística Municipal de Albufeira, na quantia de setenta e três mil e novecentos euros. Poderá, Senhor Presidente, esclarecer-nos que serviços são estes? Por último, solicitamos que seja remetido a todos os membros desta Assembleia, para conhecimento e análise, a aprovação do visto do Tribunal de Contas



relativamente ao empréstimo dos dezassete milhões e seiscentos mil euros solicitado e concedido ao município, uma vez que este não se encontra anexo à documentação.” -----

Luna Silva: “Senhor Presidente, na página vinte e cinco dos despachos proferidos pelo senhor Presidente e vereadores surgem dois ajustes diretos, ajuste direto para aquisição do workshop, sala e jantar em Boston e ajuste direto para aquisição do workshop, sala e jantar em Nova Iorque, datados de oito de agosto de dois mil e vinte e quatro. As minhas questões são muito simples e objetivas, primeiro, como é que existem despachos datados de oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, se ainda estamos no mês de junho? Segundo, no que é que consistem estes workshops e onde é que os mesmos vão ser realizados?” -----

Helena Simões: “Independentemente de agradecer o envio do visto favorável do Tribunal de Contas, eu não gostaria de deixar passar o momento de congratular-nos a nós todos pela obtenção do visto, e presume-se favorável e com isso realizar todas as obras e melhorias que com ele vão ser executadas. Do ponto de vista financeiro, gostaria também de ressaltar o diferencial entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, sendo que em dois mil e vinte e três obtivemos de receitas, à data homóloga, trinta e dois virgula cinquenta e dois, neste momento, vamos com cinquenta e quatro virgula quarenta e nove, ou seja em valor absoluto, aumentámos aproximadamente cento e noventa e dois por cento. No que concerne às despesas, a malfadada execução que tanto aqui se fala, ou a parca execução, no ano passado estávamos no mesmo período com dezoito virgula oitenta e sete, neste momento, estamos com vinte e três virgula trinta e quatro, o que evidencia uma melhora significativa na taxa de execução. E as melhorias são ainda mais visíveis e perceptíveis no PPI, que é um documento que atravessa anos fiscais, pelo que me parece que, do ponto de vista financeiro, estamos num bom momento, do ponto de vista de investimento, idem aspas, aspas idem e tudo se deve ao bom trabalho deste executivo.”

Domingos Coelho: “Relativamente à informação do Senhor Presidente, ainda vinha aqui à volta da questão dos ajustes diretos, que me parece que segundo a legislação são casos pontuais, acontece que em oitenta e três procedimentos, quarenta e oito são ajustes diretos, ou seja, mais de metade. E, no caso do senhor vice-presidente em onze procedimentos, oito foram ajustes diretos, três consulta prévia e nem um em contrato, portanto, é uma constatação, cada um fará o seu juízo de valor. Em relação à execução orçamental, dizer que a execução do PPI em trinta de maio, somente de



quinze por cento, ao nível de execução do PPI e já agora outro valor que dá a ideia, digamos do que é a execução orçamental e do investimento principalmente, o investimento representa vinte por cento só da despesa total e, portanto, desses vinte por cento, só quinze é que foram executados a trinta de maio, ou seja, praticamente a meio do ano." -----

Presidente da Câmara: "Falar na plataforma relativamente à taxa turista, é um valor pago uma única vez, portanto, não tem a ver com repetições anuais. O valor para a comunicação era precisamente para informar e para publicitar toda a dinâmica, como é que se fazia a taxa turística, para que ela serve e dar alguma informação a todos os cidadãos. A iniciativa interna, alguns aspetos e ações relativamente à promoção, pode ser iniciativa da Câmara Municipal ou então há outras que é por iniciativa da própria APAL, portanto, há aqui duas situações diferenciadas, ou algumas até em colaboração, parceria uma com a outra. O visto do Tribunal de Contas, é um visto como outro qualquer, qualquer das maneiras pode-se enviar. Relativamente ao empréstimo dos dezassete milhões, veio já há algum tempo, e já está em andamento as obras precisamente que estão inseridas nesse empréstimo. Como sabem, qualquer empréstimo pode ser contratado, mas as verbas lá referidas são apenas disponíveis para as empreitadas que estão lá inseridas nessa mesma proposta, não podem ser desviadas para outra coisa qualquer, nem pouco mais ou menos. Relativamente à senhora deputada Luna Silva, sobre a questão dos workshops em Boston e Nova Iorque, pois conforme o nome indica, foram realizados em Boston e Nova Iorque. Agora, essa questão da data de oito de oito de dois mil e vinte e quatro, é uma gralha com certeza, isto não pode estar certo. O deputado Domingos Coelho fala aqui no número de ajustes direto, o número de ajustes direto ou consultas prévias não tem nada a ver com o número em si, nem se pode analisar dessa maneira, depende da natureza e do valor das situações que estão em causa. A questão de haver contrato e não haver contrato não é isso que está aqui em causa, só há contrato quando é obrigatório, não há contrato quando não é obrigatório. Relativamente à taxa de execução do PPI, muitas vezes essas taxas, isto é tudo muito relativo, como já disse várias vezes e torno a repetir, muitas vezes há obras que são de um valor bastante grande, mas que se não forem arrançadas num determinado ano, porque o concurso ficou sem correntes, e teve que se reabrir novamente o concurso, demorou mais quatro ou cinco meses, essa verba em vez de ser executada nesse ano já passa para o ano a



seguir, é uma questão de acaso. Sabe-se que os concorrentes, e vai acontecer nos próximos tempos, nos próximos concursos que abrirem, vai ser extremamente difícil haver concorrentes necessários para realizar as empreitadas todas necessárias, no âmbito da saúde, no âmbito da habitação, no âmbito da educação e no âmbito das infraestruturas públicas, nomeadamente estradas, canalizações, portanto tubagens, e os empreiteiros são muito poucos, e tudo aquilo que é do PRR tenho quase a certeza, era melhor que não tivesse, que quando chegar a dois mil e vinte e seis, as empreitadas e obras inerentes ao PRR não estarão prontas. Vai ser mais um drama, que temos de devolver o dinheiro, porque as câmaras neste PRR prevê-se que recebam o dinheiro adiantado, coisa que não acontece nos outros quadros comunitários, porque só são ressarcidas quando se envia para lá as faturas, já faturadas do próprio empreiteiro é que vem a verba inerente a essa candidatura. No caso do PRR são verbas com antecipação, há de chegar a dois mil e vinte e seis, e se a obra não está feita é abrigado a devolver o dinheiro, e depois já não há dinheiro para devolver. Esperemos que isso não aconteça, mas vai haver muitos concursos que vão ficar sem concorrentes." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 20/05/2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Inês Mendonça, Luna Silva e
 Claudia Raimundo, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Freguesias do concelho; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da
 Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada
 de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da
 autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21
 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para
 fornecimento contínuo de plantas, até ao limite de 270.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da
 Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Presidente da Junta de freguesia de Ferreiras: leitura de documento. (Doc. n.º 4
 anexo a esta ata) -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, peço desculpa ao Senhor
 Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, mas vou cumprimentar aqui o
 meu colega, Presidente da Junta e o senhor Presidente da Assembleia e neles sintam-
 se todos cumprimentados, porque esta casa é vossa e, é sempre bom vir a Paderne.
 Pegando nas palavras do meu colega Jorge, também já falei com o Senhor Presidente, a
 situação do jardim dos sentidos, aquilo está complicado, já pedi à gestão daquele
 jardim algumas vezes, e venho aqui novamente pedir que seja atribuído à junta a sua
 manutenção, porque a nível da Câmara Municipal só tem aquele jardim para manter na
 freguesia da Guia, e por vezes não sei, as pessoas são poucas, aquilo é mantido uma vez
 por mês, de dois em dois meses e com a seca, e com este calor, as plantas não
 aguentam." -----

Presidente da Câmara: "Agradeço a referência do Senhor Presidente Dinis sobre a
 questão do jardim dos sentidos, procurei tomar medidas nesse sentido, acho que é
 recorrente, embora os jardins nesta altura, com a questão da poupança da água, temos
 de ter em conta que não estão viçosos, como alguém dizia que temos de recuperar os



espaços verdes, não é possível recuperá-los neste momento, garantidamente não é possível. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, sobre a questão de atribuir plantas à freguesia, estas plantas são para o concelho, e o concelho são quatro freguesias, portanto, são tantas plantas, destinadas às Ferreiras, senão parecia uma feira e agora venham buscar, não deve ser assim, deve ser de uma forma racional, porque como digo, a seca poderá vir a continuar, não sabemos o que é que vai acontecer, mas a continuar, teremos de ter ainda medidas mais drásticas e todas estas alterações que fizemos a nível dos espaços verdes, mudança de relva para outras espécies, e retirada de relva de alguns espaços, nomeadamente algumas rotundas, veio melhorar muito, e a sensibilização que se fez aos empresários, muitos deles mudaram a relva natural para relva sintética junto das suas piscinas, alguns já o fizeram, porque o problema quando faltar água é um problema de todos, é um problema parecido com aquele problema que há bocado se passou, ou mais grave ainda, é bom que se entenda que nós estamos no mês de junho, estamos quase a entrar no mês de Julho, não se espere nem se tenha grandes expectativas que vá chover nos meses de julho e agosto, eventualmente no mês de setembro, antigamente costumava aparecer as primeiras chuvas, não sei se vão aparecer, se não, se não chover em setembro, outubro e por aí fora estamos numa situação outra vez dramática. É bom que todos tenhamos essa consciência, porque a questão da água, estas plantas não é para agora fazermos espaços verdes, eu já dei instruções na Câmara, não se deve fazer jardins agora, temos minimamente manter aqueles que existem, minimamente, porque ainda hoje recebi os dados das Águas do Algarve, gastamos no mesmo período do ano passado mais nove por cento de água, é natural, porque há mais gente, e passa muito tempo sem chover, nos outros períodos andávamos com um decréscimo de água e agora aumentamos um bocado, vamos esperar para o próximo mês para ver o que é que vai acontecer, mas digo, é dos municípios que mais redução tem feito relativamente ao ano passado, portanto, ou menos alguma coisa este executivo está acordado." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para fornecimento contínuo de fardamento para o município de Albufeira-2024-2026; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Silvia Dias: "Considera a bancada do Partido Socialista que o fardamento é uma forma positiva de demonstrar a organização de uma entidade. Pergunto, Senhor Presidente, existe regulamento sobre o fardamento da CMA de Albufeira? Sim ou não? Se sim, está sendo aplicado esse regulamento?" -----

Presidente da Câmara: "Não é necessário haver regulamento, é necessário haver normas e uma questão de princípios. Portanto, há serviços, atividades, setores que necessitam mais de farda de que outros, mas vê-se muita gente com a farda, praticamente toda a gente. Mas nem toda a gente tem de ter farda. Um assistente técnico que está num espaço fechado, com certeza que não será necessário ter farda. As fardas são mais para mostrar para o exterior do que propriamente o interior. Não tem havido grandes problemas e que onde houver resolvem-se." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho,



Antonieta Dias, Rui Bernardo, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na aliena p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia dos Salgados - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 2 da Praia Galé Leste - UB2 e Lote 3: Unidade Balnear 3 da Praia Galé Leste - UB3; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Leitura de um requerimento a entregar à mesa." (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Tendo em conta que estas praias são da minha freguesia, que eu estou aqui a representar, e peço desculpa porque só vou falar nesses apoios de praia. Vou começar por dizer que nem tudo em Albufeira é mau, aquilo que foi falado inicialmente nesta Assembleia com o turismo, a Oura, a Baixa, nós temos aqui o exemplo, temos muita qualidade em Albufeira, e na freguesia da Guia, estes apoios de praia têm feito um trabalho espetacular, como há pouco o senhor Vice-Presidente disse, são famílias inteiras que lá estão, e não são vinte, os Salgados, por exemplo, está lá há quarenta e cinco anos e têm feito um trabalho espetacular, é uma praia e apoio de praia que é conhecido de sul a norte do país, no estrangeiro, toda a gente que lá vai gosta e volta lá novamente. Quem diz Salgados diz Galé, Manuel Lourenço, todas elas têm feito um trabalho espetacular e estão todos convidados a ir às nossas praias e aos nossos apoios de praia." -----

Domingos Coelho: "Eu queria relembrar que este concurso que estamos aqui a tratar, vai ter uma duração de vinte anos, está previsto vinte anos, portanto, penso que é importante que se aposte na inovação. E queria levantar aqui algumas questões que estão no âmbito do programa do procedimento concursal, tem critérios de avaliação



que se reparte, por exemplo, a sustentabilidade do material, a sustentabilidade energética, o uso sustentável da água e a reciclagem. Nesta ponderação, é o fator energético que tem maior peso. Eu julgo que o fator aqui mais crítico é da sustentabilidade da água, penso que deveria ser exatamente este o fator com maior peso na percentagem para o cálculo da avaliação dos concorrentes das propostas. Depois, no âmbito dos descritores, no caso da sustentabilidade energética, tem três descritores, um, digamos que tem muita coisa, o segundo tem mais ou menos e é possível haver um concorrente sem qualquer solução de sustentabilidade na energia, aliás, no caderno de encargos, até põem uma hipótese de poder haver um gerador a gásóleo, uma coisa que não percebo como é que aquilo aparece no caderno de encargos. No caso do uso sustentável da água, também tem três descritores, um, digamos que faz muita sustentabilidade da água, noutro faz mais ou menos e é possível também aqui um concorrente apresentar uma proposta sem qualquer solução de sustentabilidade a nível do uso de água. Penso que é uma coisa que é de todo não recomendável, penso eu. Em caso de empate das propostas, o primeiro fator de desempate é a valia arquitetónica também não concordamos, porque a avaliação arquitetónica é sempre subjetiva, julgo. Então quanto a nós, o que deveria ser um fator de desempate, seria o valor ambiental, e se subsiste o empate, o fator do valor da entrega ao Município, o valor mensal, que tem a ver com a receita do apoio de praia. Ainda no caderno de encargos, aponta-se para a possibilidade dos passadiços serem, diz lá em madeira ou equivalente, será provavelmente contraplacado, não percebo porque que o passadiço não há de ser de material sintético, obviamente, fala-se que não se pode usar madeiras exóticas, mas depois pode-se usar a madeira, digamos, da nossa fileira florestal, portanto, penso que globalmente o documento até está trabalhado, mas tem aqui fatores que não tem, uma verdadeira orientação do ponto de vista ambiental, e tendo em conta que se não há esta inovação agora, durante o tempo de duração do contrato, não será fará. Por exemplo, outra questão que consta no caderno de encargos, duche e lava-pés, a água deve ser recolhida, eu penso que se devia acrescentar recolhida e introduzida depois na rede dos sanitários, porque recolher por recolher, parece-me que não é suficiente, temos é que dar utilidade e se isto não ficar aqui contemplado, não será feito e durante vinte anos não se fará.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Embora não tenha praias nas Ferreiras, como o meu colega tem na Guia, hoje por acaso tive uma conversa informal



com alguns empresários nestas áreas, então gostava de trazer aqui o que me foi transmitido." Leitura de documento. (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: "Queria referir ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia que não deve apelar apenas à qualidade das praias que são da sua freguesia, mas sim de todo o concelho. Foi dito e bem, é verdade, contrariamente àquilo que se quer passar às vezes, de que é tudo muito negativo, não é. Isto é extremamente positivo, vinte e cinco praias do concelho de Albufeira têm Bandeira Azul, portanto, é uma honra acontecer isso. Relativamente às questões dos concursos, os critérios valem o que vale, são sempre discutíveis, cada um tem a sua forma de entender. Sobre essa questão iria passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente que é o membro do executivo que tem este pelouro." -----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos, dizer que primeira instância, o que nós estamos aqui hoje a analisar já foi alvo de análise nesta Assembleia Municipal e, portanto, as questões que estão aqui a ser levantadas já foram, o caderno de encargos é o mesmíssimo, portanto, os concursos que foram abertos anteriormente são exatamente o mesmo caderno de encargo que nós estamos aqui agora a analisar. E eu gostava de referir aqui uma questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras se calhar porque não tem praias não sabe, mas neste concurso foi a primeira vez que estabelecemos lotes de continuidade geográfica, precisamente para evitar que grandes grupos económicos pudessem apossar-se daquilo que são os apoios balneares que estão há muito tempo nas famílias dos albufeirenses. Portanto, essa foi uma da primeira prioridade que eu tracei, e como você deve ter lido bem, a questão do concurso, podem concorrer grandes grupos económicos, mas não podem fazer opção nos três que estão lá, só pode escolher um, e isso para evitar situações de monopólio. Compreendendo a sua questão, qual é o teto máximo? É um milhão de euros na praia dos Salgados, acha que a praia do Agapito, nos Aveiros, o teto máximo seria duzentos mil euros? Seria cem mil euros? Qual é o teto máximo? Isso é um conjunto de subjetividades, isso estávamos aqui o dia todo. Isso não é possível aferir, porque o teto máximo num lado pode ser pouco, e noutro lado pode ser muito e, portanto, e precisamente por isso, que nós entendemos que não deveríamos fazer algo que era completamente desconforme com aquilo que é a questão que está no concurso com a oferta da mais-valia económica, dos dois, dos três, dos quatro por cento ou dos cinco por cento. Porque a maior parte dos concelhos no país fizeram por valor do metro quadrado. Nós consideramos em



Comissão que não é justo que uma praia, por exemplo, como a praia dos Aveiros que tem menor cadênciã de pessoas, que seja cobrado exatamente o mesmo valor por metro quadrado que uma praia urbana como no centro de Albufeira e, portanto, isso era completamente desproporcional, e digo mais, estes cadernos de encargos, nós tivemos quase um ano a elabora-los, pode ter alguma falácia, podem estar incompletos, podem não estar perfeitos a cem por cento, agora já foram aqui aprovados, primeiro ponto, e segundo ponto, foram feitos com um primeiro intuito que é, e posso dizer isto abertamente, proteger quem tem as suas concessões em Albufeira há mais tempo e, portanto, livrar-nos dos grandes grupos económicos. Eu sou um defensor daquilo que é a nossa economia local, o Senhor Presidente também, e portanto, esse foi, o primeiro pressuposto que nós delineamos. Relativamente à questão da intervenção do senhor deputado sobre a questão da mais valia económica, arquitetura e ambiental, os critérios são exatamente os mesmos que nós já aqui aprovámos e, portanto, existe uma mais-valia económica que é majorado em quarenta por cento, depois temos a arquitetura, e temos a parte ambiental e, portanto, todas elas têm uma majoração e uma formula que está plasmada no caderno de encargos, e esse caderno de encargos é depois alvo de uma análise por parte dos elementos do júri, aquela fórmula é matemática, o Senhor Presidente é matemático e, portanto, a matemática é objetiva, é só preencher com os valores que são apresentados. Eu queria só dizer às pessoas que têm que interesses relativamente à questão das praias, se nós tivermos cuidado particular relativamente a estes negócios, aos apoios de praia balnear completos, a primeira prioridade, a primeira preocupação foi fazer com que as pessoas que têm aqui os seus negócios, que nós tratamos como o Michel, que tratamos como o macaco, tratamos como o Agapito, tratamos como o João, são pessoas de Albufeira, são pessoas que desenvolvem aqui o seu económico e são graças a elas que efetivamente, nós conseguimos desenvolver aquilo que é a excelência do nosso turismo, e é graças a elas que muitas delas estão aqui hoje, que nós fizemos este caderno de encargos, no sentido de tentar salvaguardar ao máximo aquilo que é o trabalho dessas mesmas pessoas e desses mesmos concessionários e, portanto, Senhor Presidente, é este o objetivo deste caderno de encargos, volto a reiterar aquilo que vamos aprovar nos quatro pontos são exatamente os mesmos pressupostos do caderno de encargos que já aprovámos anteriormente." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Carla Valério, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Raul Ferreira. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alienação p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia da Coelha - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 1 da Praia do Castelo - UB1 e Lote 3: Unidade Balnear 1 da Praia dos Arrifes - UB1; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Carla Valério, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Raul Ferreira. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----



A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alienação p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia dos Aveiros - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 2 da Praia da Oura Leste - UB2 e Lote 3: Unidade Balnear 1 da Praia de Santa Eulália - UB; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Carla Valério, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Raul Ferreira. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alienação p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público por Lotes para atribuição de concessão de utilização do Domínio Público Marítimo, instalação e exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia de Maria Luísa - UB1; Lote 2: Unidade Balnear 1 da Praia dos Olhos de Água - UB1 e Lote 3: Unidade Balnear 2 da Praia dos Olhos de Água - UB2; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----



VOTAÇÃO: -----
Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Carla Valério, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
Ausências: duas (02) Raul Ferreira e Margarida Guilherme. -----
Votos a favor: onze (11) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----
 A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do número 1, do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da transferência de verbas para as freguesias do concelho no âmbito das transferências de competências;
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Carla Vieira: "Relativamente a este ponto verificámos que a data dos documentos relativos ao procedimento da transferência de verbas, para as juntas de freguesia não correspondiam ao corrente ano, aliás, são datadas do ano dois mil e dezanove, provavelmente para o ano 2020, e não se referem sequer a este mandato. Senhor Presidente, pode justificar-nos este grande lapso? Será que os valores das transferências das verbas se têm mantido ao longo dos anos? Não sabemos, ainda que haja alguma justificação para este lapso, a bancada do Albufeira Prometida considera que a documentação enviada aos membros da Assembleia não se encontra em conformidade para deliberação, devendo assim ser esse ponto retirado." -----
Helena Simões: "No prefácio do documento que veio da Câmara, no segundo parágrafo, refere, tendo em consideração que, até à presente data, os referidos acordos não foram renegociados, leva-me à seguinte pergunta, que vem um bocadinho de encontro à questão suscitada pela deputada que me antecedeu, houve abertura para a renegociação? Principalmente face aos aumentos da mão-de-obra, material, uma



questão que já foi suscitada por mim na Assembleia homologa do ano anterior, a questionar se as Juntas solicitaram um reforço de verbas no âmbito das transferências? Uma vez que, se bem me recordo, alguns Presidentes de Junta já solicitaram ou já referiram que, eventualmente, as verbas poderiam ser insuficientes face às competências transferidas, pelo coloca a questão ao Presidente." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Portanto, já vi que todos os deputados aqui presentes têm estado atentos aos documentos, que datam de dois mil e dezanove, já falei em várias Assembleias, e hoje venho outra vez falar no mesmo."
Leitura de documento. (Doc. n.º 7 anexo a esta ata) -----

Uma vez chegada a meia-noite o Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Como o Senhor Presidente disse e bem, no início desta Assembleia, os materiais, mão de obra, os trabalhos têm aumentado o valor e para nós, Juntas também tem acontecido isso. Cada vez é mais difícil contratar, os preços cada vez estão mais altos, daí pedirmos um reforço, Vou só dar aqui um exemplo, a nível da deservagem, tendo em conta também as alterações climatéricas, o nosso contrato programa está mencionado no máximo de três passagens para deservar e, por vezes, nós fazemos seis, sete e não chegam, porque não podemos dar herbicidas, tendo em conta que ainda há duas semanas atrás estava a chover, depois com estas humidades nós constantemente estamos a ter perdas nas nossas calçadas e para mantermos as nossas Freguesias limpas, o nosso concelho, é importante rever estes contratos." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente a este ponto queria dizer que não tem sido feita nenhuma renegociação, para rever os contratos relativamente à questão das transferência de competências, embora tenha um pedido por escrito da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e quero informar que até outubro, novembro iremos, com certeza passar por um período de renegociação com as várias freguesias, no sentido de atualizar para mais ou para menos, obviamente os acordos que há nesta delegação de competências." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de retirada do ponto, apresentada pela bancada do Albufeira Prometida. -----

VOTAÇÃO: -----



Votos contra: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Margarida Guilherme -----

Votos a favor: seis (06) Raúl Ferreira, Mónica Coimbra, Antonieta Dias, Luna Silva, Carla Vieira e Carlos Mendes. -----

A proposta de retirada do ponto foi reprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Ausências: uma (01) Margarida Guilherme. -----

Abstencões: três (03) Raúl Ferreira, Antonieta Dias e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos onze e doze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão - alteração modificativa das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) 2024-2028; -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão - alteração modificativa do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2024-2028, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal e alteração ao Plano de Recrutamento para o ano 2024; - O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: Leitura de documento. (Doc. n.º 8 anexo a esta ata) -----

Luna Silva: "A segunda revisão às grandes opções do plano dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, plano plurianual de Investimentos e atividades mais relevantes destinam-se essencialmente à inscrição de novos projetos, nomeadamente aquisição de autocarros, sendo dois deles equipados para transporte escolar, viaturas elétricas, arrendamento de imóvel destinado ao funcionamento de serviço de formação profissional, requalificação e ampliação da Escola Básica Integrada de Ferreiras com equipamento administrativo e equipamento básico, requalificação de parques infantis escolares, requalificação de parques infantis públicos, participação financeira destinada a melhorias das infraestruturas para o Futebol Clube de Ferreiras, reparações e beneficiações no pavilhão de Olhos de Água e de Albufeira, entre outros projetos, a utilização do valor do empréstimo para investimentos até ao montante de dezassete milhões e seiscentos mil euros, concedido pela Caixa de Crédito Agrícola de Albufeira, tendo o contrato obtido visto do Tribunal de Contas e com o objetivo de construir as seguintes obras, construção de fogos de habitação social Quinta do Barros, Caliços, requalificação da Avenida Sá Carneiro, requalificação da Rua António Aleixo, requalificação da Rua do MFA e requalificação do Parque Nascimento da Nora, ao reajustamento em função da nova repartição de encargos da empreitada prevista no contrato de cooperação Inter Administrativo para obras de construção do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Olhos de Água. Face à importância destes projetos, na área da educação, com a requalificação das estruturas escolares e de parques infantis e um maior número de transportes escolares para os alunos, na área da segurança com o avanço da construção do nosso posto da GNR em Olhos d'Água, o partido Chega irá votar abstenção na segunda revisão do orçamento. Ainda e, por último, apesar de considerar que se esta Câmara Municipal fizesse o uso de uma melhor gestão das suas receitas, não seria necessário recorrer a um crédito bancário de valor avultado. Facto é, que estas obras previstas a serem executadas com valor do empréstimo, são imprescindíveis e precisas para o desenvolvimento e imagem do nosso concelho, pelo que é intenção do partido, Chega que as mesmas sejam efetivamente realizadas, disse." -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, duas questões muito concretas, primeira questão, qual é o encargo anual do empréstimo aqui referido na segunda revisão, para este ano e



para os seguintes? Por outro lado, qual é o valor que serve de base ao cálculo dos juros inerentes ao empréstimo?" -----

Domingos Coelho: "Relativamente ao ponto onze e doze da ordem do dia, a bancada do Partido Socialista, salvo os Senhores Presidentes de Junta que votam no sentido diferente." Leitura de documento (Doc. n.º 9 anexo a esta ata) -----

Helena Simões: "Eu vou repetir aquilo que também já tinha repetido numa anterior Assembleia, também desta natureza, que é não podemos olhar para as freguesias isoladamente, temos de olhar para as freguesias de uma forma complementar, não têm que todas ter o mesmo, o bairrismo não serve o propósito dos munícipes e do concelho no seu todo. Depois não poderia também deixar passar em branco aqui a política ou a politiquice que é, concorda-se, mas o sinónimo de concordar é abster-me para viabilizar o documento. Em relação à questão do encargo do empréstimo, o mesmo foi amplamente explanado aquando da aprovação do documento e da aprovação da abertura e da contratação do empréstimo, que foi debatida aqui nesta Assembleia. Dito isto, eu da minha parte, gostaria de ressaltar a importância de alguns projetos de uma forma transversal, sem especificar nenhum em concreto, nomeadamente na página cinco, a abertura de rubricas para novos projetos na requalificação e ampliação de escolas, requalificação de parques infantis escolares, requalificação de parques infantis não escolares, a requalificação de percursos pedonais, escadas, na página sete gostaria também de dar ênfase à iluminação exterior do castelo de Paderne, até porque estamos aqui hoje e até porque é um símbolo cultural do nosso concelho e da freguesia de Paderne, requalificação de várias ruas, sem especificar nenhuma em concreto e, obviamente, na página nove é de referir e bem, o uso do empréstimo para investimentos na requalificação de várias ruas prioritárias e para a construção de habitação social. Dito isto, foram abertas novas rubricas para contemplar novos projetos, projetos esses que já tinham sido amplamente falados, da mesma maneira que foram reforçadas verbas em projetos, em rubricas que se sabia que anteriormente estavam sub-orçamentadas. Dito isto, uma vez mais, agradeço este executivo por ter as decisões certas no local certo e em função das necessidades prementes do concelho." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Em relação a este ponto, como o senhor, meu colega deputado Domingos já disse, eu também vou votar favoravelmente como os meus colegas de junta, tive oportunidade de ir àquela reunião que o Senhor Presidente



nos convidou, acerca deste ponto, no entanto, aquilo que foi dito na reunião, acho que é importante numa próxima, a documentação ser entregue antecipadamente para nós também podermos avaliar e irmos mais preparados para essa mesma reunião. Dizer que, eu depois da reunião, enviei um e-mail para o Senhor Presidente com algumas obras que eu achava necessárias para a minha freguesia, nada em disputa com outras freguesias, mas aquilo que eu acho que seja importante para a Freguesia da Guia, e o Senhor Presidente disse que grande parte delas já estavam em projeto, existe uma muito importante, que nós sabemos, que é o passadiço para o Shopping, inclusive também já entrei em contacto com o Gabinete do Senhor Ministro das Infraestruturas, Doutor Miguel Pinto Luz que, como foi eleito pelo Algarve, espero bem que leve esta obra a peito e que consigamos ter esta obra feita brevemente, espero eu, acho que todos nós esperamos. Também houve umas obras que o Senhor Presidente passou para o senhor Vereador Ricardo Clemente que é do pelouro dele e também dei uma palavra, não agora nesta revisão, mas na próxima em outubro, que irão avançar, mediante tudo isto, acho que só tenho de votar favoravelmente e agradecer.”- Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, realçar aqui a sensibilidade por parte do executivo que conseguiu de uma forma proporcional às necessidades das Juntas de Freguesia, fazer distribuição de verbas e alocar determinadas obras a estas freguesias, isso é de salutar. Aliás, verificamos isso nas intervenções dos senhores Presidentes de Junta. Salutar também aquilo que foi a forma prévia da elaboração destes documentos, com uma reunião prévia com os interlocutores aqui presente, nomeadamente os Presidentes de Junta, os líderes de bancada, algo que, de alguns anos que ando na política, não me lembro, e, portanto, de salutar essa prática. Senhor Presidente, e também lembrar que, no que diz respeito ao empréstimo, trata-se de um empréstimo que a libertação de verbas corrija-me senhor Presidente se estiver enganado, depende dos autos de medição e, portanto, é de todo o interesse haver execução no sentido que essas verbas possam ser libertadas e, calcula-se que o executivo tudo fará e os seus técnicos, para que as obras sejam levadas a bom porto para poder, naturalmente, depois haver os autos de medição que resultem na libertação das verbas e, portanto, saudar este pontos e referenciar que, naturalmente, os orçamentos não são estáticos e quando há determinadas alterações, vê-se com bons olhos, é sinal de que há ação e há execução e é por isso que efetivamente há esses pedidos de alteração.” -----



Raul Ferreira: "Eu quero referir que vou votar a favor deste ponto, apenas porque considero que temos aqui obras estruturantes, obras que são necessárias para o nosso concelho, nomeadamente na área da habitação, que é um problema premente e grave, não só do nosso concelho, mas de todo o país e, penso que, não podemos de forma alguma descurar a solução deste problema. Quero também realçar aqui um facto que me preocupa, que tem a ver com, já o deputado Domingos Coelho referiu, a fraca alocação de dinheiro para a cultura. Penso que é um ponto a rever, é um investimento que temos de fazer neste concelho, porque o bem-estar dos residentes é essencial e passa muito pela questão da cultura. Relativamente à questão do financiamento, é algo que não me assusta, como já foi aqui dito, é uma abertura de crédito que vai sendo disponibilizado consoante as obras vão sendo realizadas, penso que não vem mal nenhum ao mundo por isso, como referiu o meu colega Carlos Quintino, na intervenção anterior." -----

Mónica Coimbra: leitura de documento. (Doc. n.º 10 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: "Houve aqui alguns comentários sobre os dois documentos, não vou entrar muito em pormenor, dizer apenas que a cultura não estando contemplada em termos de investimentos, portanto, a cultura está sempre contemplada em termos de despesas correntes, por isso é que não é tão visível, mas não estamos a deixar de investir naquilo que é a cultura. Relativamente ao senhor Presidente da Freguesia de Ferreiras, a questão do Pavilhão Desportivo de Ferreiras, os terrenos estão a ser tratados da negociação para aquisição, precisamente para se iniciar esse processo. A questão do cemitério está na fase de dentro de pouco tempo se iniciar a obra." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Boa noite, obrigado pela oportunidade Senhor Presidente, o encargo total são sete milhões e oitocentos mil euros pelos vinte anos. É claro que varia de ano para ano, e em função do valor que é solicitado, nós estamos aqui a pedir um valor que não é aquele que inicialmente estava previsto, inicialmente estava previsto cerca de seis milhões e cento e quarenta mil euros e em função desse valor, não tenho a certeza do valor do encargo anual sobre esse valor, mas sei que anualmente no total dos anos, são sete milhões e oitocentos euros, basta depois dividir, mas para isso tínhamos de contrair o empréstimo total que, não é o caso." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----



Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Carla Valério, Carlos Mendes. -----
Votos a favor: dezasseis (16) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO DOZE: -----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Carla Valério, Carlos Mendes. -----
Votos a favor: dezasseis (16) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Rui Bernardo, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Carlos Mendes: "Na última Assembleia Municipal onde eu estive presente, onde se ausentaram vários deputados do PSD, que não se sentiram à vontade para aprovar uma ampliação de uma escola para as Ferreiras, por novecentos e cinquenta mil euros. Eu acho-me no direito agora também não me sentir à vontade de votar favoravelmente a este orçamento." -----

Helena Simões: "A minha pergunta é, há bocado votámos a admissão do ponto da criação da comissão ou votámos o ponto propriamente dito? É que me parece que só aconteceu uma votação, que foi a votação da admissão do ponto da proposta do Doutor Raul, por isso, se calhar convinha votarmos agora a constituição propriamente dita." ---

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, parece-me que ficou claro e esclarecido que, a comissão depois de constituída, integraria os membros que a mesma viesse a determinar. O que nós votámos foi o ponto da ordem de trabalhos e votámos o ponto favoravelmente. Portanto, está votado. A senhora deputada referiu se podiam indicar os nomes já, com certeza que estamos disponíveis para receber os nomes referentes a essa matéria." -----



Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de junho de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Antes da ordem do dia

Caros fregueses,

Gostaria de aproveitar este momento para partilhar convosco algumas informações importantes acerca da situação da estrada caminho dos caçadores e das recentes discussões na assembleia municipal.

Como todos sabem, a estrada sempre teve dois sentidos de circulação, mas a câmara municipal decidiu recentemente alterar essa configuração para torná-la de sentido único. Esta decisão, apesar de ter sido tomada com base em estudos técnicos e pareceres, gerou algumas discordâncias por parte dos moradores da nossa freguesia. Entendo a vossa preocupação e frustração com esta mudança repentina.

Sabemos que houve um abaixo-assinado solicitando à câmara a reposição dos dois sentidos de circulação, no entanto, infelizmente, a câmara optou por ignorar esse pedido. Em resposta a esta situação, os habitantes, juntamente com a junta de freguesia e os proprietários dos terrenos, uniram esforços para proceder ao alargamento da estrada. Graças a esse trabalho conjunto, a estrada está agora mais larga em grande parte do seu percurso, com exceção de uma zona crítica de cerca de 20 metros, onde apenas 8 metros foram alargados.

A junta de freguesia empenhou-se financeiramente e fisicamente para melhorar a condição da estrada, inclusive investindo em horas de máquina, mão de obra, materiais de construção, e até na construção de um muro de suporte de terras. No entanto, a câmara municipal parece resistir a colaborar na conclusão deste projeto.

Entendemos a vossa frustração e descontentamento com a posição da câmara e alegações de falta de colaboração dos técnicos responsáveis. É importante lembrar que quem tem a responsabilidade final pelas decisões na câmara são o presidente e os vereadores.

Na nossa junta de freguesia, estamos comprometidos em servir a comunidade e em resolver os problemas que afetam o nosso dia a dia. O nosso objetivo é promover um melhor nível de vida para todos os nossos fregueses, e contamos com a vossa confiança e colaboração para alcançar esse objetivo em conjunto.

Obrigado pela vossa atenção, e estou disponível para discutir mais detalhes sobre esta questão, ouvir as vossas preocupações e juntos encontrarmos soluções para os desafios que enfrentamos. Juntos somos mais fortes e capazes de criar um ambiente melhor para viver.

Muito obrigado.



Excmo. Senhor Presidente de Assembleia Municipal de Albufeira
Dr. Francisco Oliveira

Lurva Silva, membro da Assembleia Municipal de Albufeira, eleito pelo Partido CHEGA, vem na requisição da intervenção tomada na presente Assembleia Municipal - Sessão Ordinária de 24 de Junho de 2024, e por ter legitimidade para o ato, vem requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Dr. José Carlos Rolo, o envio da seguinte documentação:

- Lirotegema dos concorrentes, projetos, documentos associados aos projetos dos concorrentes, bem como o relatório preliminar com a avaliação dos candidatos, e as promúncias em audiência prévia por parte dos concorrentes, tudo referente ao Concurso


Albufeira, 24 de Junho de 2024

E.D.
A deputada
Lurva Silva



Exmo Sr.
Presidente da Assembleia
Municipal de Albufeira

O MIRA - Movimento Independente por Albufeira, através dos seus deputados municipais, vem, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal, requerer que seja constituída uma comissão constituída por deputados municipais, representando de todos os partidos e movimentos de forma a ser elaborado uma Petição para alterar a Lei Penal, de forma a ^{e penalizar} reprimir as situações "indecorosas" que ocorrem em Albufeira e em outros locais turísticos nacionais.

Albufeira 24/6/2024. 

Ponto nº4

Caros membros da assembleia municipal,

Gostaria de chamar a vossa atenção para o ponto 4 da nossa agenda de hoje, relativo ao concurso de aquisição de plantas para as freguesias do nosso município. Sabemos que, devido à nova lei da seca, os jardins em várias freguesias estão a sofrer com a falta de água e, conseqüentemente, muitas plantas estão a secar.

É crucial que tomemos medidas urgentes para revitalizar os nossos espaços verdes e trazer de volta a beleza e vitalidade aos nossos jardins. Neste sentido, é fundamental garantir que o concurso seja aberto a todas as freguesias do concelho, de forma que todas possam beneficiar desta iniciativa.

Gostaria ainda de saber qual o valor atribuído à freguesia de Ferreiras, tendo em conta a situação específica dos seus jardins e espaços públicos. É importante que cada freguesia receba um montante adequado para a aquisição das plantas necessárias e a sua manutenção.

Apelamos a todos os membros desta assembleia para que apoiem esta iniciativa e garantam que os nossos espaços verdes sejam devidamente cuidados e preservados. A natureza é uma parte essencial do nosso ambiente urbano e devemos fazer todos os esforços para protegê-la e promovê-la.

Obrigado pela vossa atenção. Juntos, podemos tornar o nosso concelho mais verde e sustentável.



Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
Dr. Francisco Oliveira

Luna Silva, membro da Assembleia Municipal de Albufeira, eleito pelo Partido CHEGA, vem na requisição de decorrer do período da ordem de trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do presente dia de 24 de Junho de 2024, requerer junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Dr. José Carlos Nelo, o envio dos últimos e antigos concursos de Apoio de Praia, - - - - - , nomeadamente de Praia da Gale Leste, Praia dos Salgados, Praia da Celta, Praia de Castelo, Praia dos Arrifios, Praia dos Aveiros, Praia da Ouna Leste, Praia de Santa Eulália, Praia de Maria Luísa e Praia dos Olhos de Água, tudo referente aos pontos 6, 7, 8 e 9 da ordem de dia.

Por fim, requerer ~~o~~ o envio de eventuais manifestações de interesse na manutenção dos concursos, e o exercício do direito de preferência sobre as concessões.

Albufeira, 24 de Junho de 2024

E.A
A deputada
Luna Silva

Ponto nº 6

Exmo. Sr. Presidente e membros da assembleia municipal,

Gostaria de abordar os pontos 6, 7, 8 e 9 da nossa agenda de hoje, referentes ao concurso de utilização e concessão de apoio de praia. Este é um tema de extrema importância para o nosso concelho, uma vez que as praias são um dos principais pontos atrativos turísticos da nossa região, sobretudo no nosso concelho.

No entanto, surge uma questão pertinente que gostaria de levantar: será que os interesses dos atuais concessionários foram devidamente salvaguardados neste concurso? Sem dúvida, é crucial garantir que os concessionários atuais tenham a oportunidade de manter as suas concessões, desde que estejam a cumprir com todas as regras estipuladas.

Uma preocupação que me surge é a falta de estabelecimento de um teto máximo para os atuais concessionários igualarem no caso de perderem no concurso. Se não houver esta medida, há o risco dos donos dos hotéis mais endinheirados acabarem por adquirir todas as concessões disponíveis, levando a uma concentração injusta e desigual das mesmas.

Por isso, gostaria de questionar o Sr. Presidente e a assembleia municipal sobre a decisão de não estabelecer um teto máximo para este fim. É que, embora os atuais concessionários tenham direito de opção de igualar o valor proposto por outros concorrentes, sem um limite máximo, corre-se o risco de uma aquisição desproporcional por parte de determinadas entidades.

É crucial que reavaliemos esta questão e que ponderemos sobre a implementação de um teto máximo para garantir a equidade e a diversidade de concessionários ao longo da nossa costa. É primordial protegermos os interesses dos atuais concessionários e promovermos a competitividade justa neste setor.

Agradeço a atenção de todos e espero que esta questão seja cuidadosamente considerada antes da tomada de decisão final.

Ponto nº 10

Caros membros da Assembleia Municipal e Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Gostaria de chamar a vossa atenção para o ponto n. 10 da nossa ordem do dia, que se refere à transferência de verbas para as freguesias. É um assunto de extrema importância, visto que os contratos e as verbas destinadas às freguesias estão desatualizadas, uma vez que foram inicialmente celebrados em 2019 e nunca foram atualizados desde então.

A situação económica e social tem vindo a sofrer alterações significativas, com a pandemia de Covid-19 e a atual crise na Europa. A inflação aumentou consideravelmente, o que resultou numa desvalorização do valor das verbas transferidas para as freguesias. É crucial que compreendamos a necessidade urgente de ajustar os contratos e as verbas para garantir que as freguesias tenham os recursos necessários para atender às necessidades da população local.

Apelo, assim, à celeridade e à sensibilidade desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal para que se proceda à atualização dos contratos e das verbas destinadas às freguesias, de forma a assegurar que possam cumprir as suas responsabilidades de forma eficaz e eficiente.

Agradeço a vossa atenção e colaboração nesta importante questão que afeta diretamente a qualidade de vida dos nossos munícipes.

PONTOS 11 E 12

Exmo. Sr. Presidente e membros da assembleia municipal,

É com satisfação que me dirijo a todos para falar sobre os pontos 11 e 12 da nossa agenda, referentes à revisão e alteração das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos. Pela primeira vez, irei votar favoravelmente a este plano, uma vez que contém várias obras importantes para a minha freguesia.

No entanto, gostaria de aproveitar esta oportunidade para destacar que a minha freguesia é a única que ainda não possui um pavilhão, um cemitério adequado, uma sede nova, zonas verdes e áreas de lazer. Estas são infraestruturas e espaços fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local.

É importante salientar que, apesar das obras previstas neste plano, ainda existem carências significativas na minha freguesia que precisam de ser urgentemente resolvidas. A falta de um pavilhão desportivo, de um cemitério digno, de uma sede adequada, assim como de espaços verdes e áreas de lazer, são apenas algumas das necessidades que precisam de ser atendidas.

Por isso, ao votar favoravelmente a esta revisão e alteração das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos, faço-o com a esperança de que as necessidades da minha freguesia sejam finalmente contempladas e de que as obras essenciais sejam concretizadas.

Espero que todos os membros desta assembleia tenham em consideração as particularidades e carências da minha freguesia ao discutir e aprovar este plano, garantindo que as obras necessárias sejam realizadas para o benefício de todos os seus habitantes.

Agradeço a atenção de todos e reitero o meu voto favorável a esta proposta.

Obrigado.



Declaração

Relativamente ao ponto 11 e 12 da Ordem do Dia, a bancada do Partido Socialista declara o seguinte:

- 1) Constatam-se algum reforço de verbas em rubricas de investimento, mas não podia deixar de ser assim tendo em conta que a execução do PPI a 30/5 era apenas de 15%. Todavia, a principal dificuldade não parece ser tanto a falta de verbas mas sobretudo a passagem da fase de projeto à obra no terreno ou seja, a sua execução.
- 2) As principais obras de requalificação da cidade; R: do MFA, António Aleixo e Sá Carneiro há muito anunciadas têm verbas a rondar os 200 mil euros. Ainda não é desta que vão para obra apesar de se ter contraído um empréstimo para este fim;
- 3) O valor da presente revisão orçamental é de 12,4 milhões, mas a verba alocada ao setor da cultura limita-se a 49 mil euros e a obra de requalificação do espaço da antiga Igreja Matriz desapareceu das GOP.
- 4) Relembrar que tem havido um reforço na cobrança de impostos agora ainda mais significativa, só a taxa turística deve ultrapassar os 4 milhões, reforçando o saldo atual já próximo dos 50 milhões de euros. Portanto, não será por falta de verbas que as obras não se realizarão e perante algumas dificuldades, há que fazer opções entre o que é estruturante e o que são despesas não reprodutivas.

Albufeira, 24 de junho de 2024

Silvino Dias
João Lourenço



DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 11 e 12
Análise 2.ª Revisão Orçamento 2024

Verifica-se que, nesta 2.ª Revisão – Alteração modificativa ao orçamento e ao Plano Orçamental plurianual 2024-2028 temos um aumento líquido da receita no valor de 12.431.092€, que advém do aumento de 4.000.000€ da taxa turística, 6.142.061€ do empréstimo bancário, 2.482.785€ de fundos comunitários e de uma redução de 193.754€ em outras transferências do Estado.

Registamos com agrado que ¼ do valor seja alocado a despesas correntes (cerca de 3,2 milhões) e os restantes ¾ a despesas de capital, invertendo assim um pouco a tendência das outras revisões que canalizam quase toda a despesa para corrente, tendo também em conta que isto também deriva de uma obrigação imposta pelas condições do empréstimo bancário.

No entanto, e tendo em conta as áreas fundamentais que mais necessitam de investimento e melhorias, verificamos que, relativamente às despesas de capital, apenas 5,19% do valor previsto de reforço do PPI nesta alteração será para *Saúde*, 8,73% para *Habituação* e 12,94% para *Educação* onde existem grandes necessidades face ao aumento do número de alunos e das necessidades das escolas. Esperamos e aguardamos que as obras, remodelações e melhoramentos nas escolas sejam todas efetuados nas férias escolares de modo a iniciar o novo ano letivo com as obras concluídas. Mas parece-nos manifestamente pouco, dadas as necessidades nestas 3 áreas.

No lado oposto, temos as despesas com *Ordenamento do Território*, com um peso de 33,25% sobre o investimento total desta revisão, que mais não são do que reparações e remodelações de infra-estruturas, que durante muito tempo não sofreram obras de manutenção e conservação e que agora se apresentam muito deterioradas e que têm de ser objeto de grandes intervenções. O *Desporto, recreio e lazer* com um peso de 19,41%, verificando-se que estão nestas duas rubricas mais de 50% desta revisão, em termos de despesas de capital - PPI.

Relativamente as despesas correntes e mais propriamente às Atividades Mais Relevantes (AMR4) onde as mesmas constam, verifica-se que mais de metade do valor previsto nesta revisão para despesas correntes será para o projeto que se chama *“Ações de índole recreativa e promocional para o Município de Albufeira”* onde cabe tudo mais um par de botas. Gostaria de saber, qual é o planeamento do Município nesta matéria e qual o objetivo do mesmo em termos de turismo? No entanto, ressalvamos com agrado que 23,29% destas despesas serão afetas à educação, que muita falta fazem.

Como podemos verificar e comprovar esta revisão, apesar de apontar algumas melhorias, que anteriormente referimos, continuamos, com um grande desequilíbrio orçamental e com necessidade permanente de novas receitas, sem que se faça uma gestão criteriosa das despesas e se reduza a mesma, apostando na prata da casa e nos recursos próprios, uma vez que, as despesas com pessoal já ultrapassam os 33% das receitas totais anuais e a aquisição de serviços continua a aumentar sem que se vislumbre uma inversão de marcha.

Temos vindo consecutivamente, a alertar para esse facto sem nos darem ouvidos, mas a realidade está à nossa vista: Neste mandato já foi contratado um empréstimo até ao limite de 17,6 milhões sendo que nesta revisão estão 6,14 milhões e a taxa turística foi antecipada em 8 meses, uma vez que, no orçamento para 2024, apenas estava prevista a sua entrada para 01 de janeiro de 2025. Por isso, para quem dizia que a Câmara financeiramente *“está bem e não tem qualquer problema”* o tempo veio nos dar razão.

Deste modo, e tendo em conta tudo o que temos afirmado, questionado (a grande parte das vezes sem resposta) e verificado factualmente não podemos compactuar com esta gestão ~~desastrosa~~ dos dinheiros públicos, por isso votamos ~~contra~~ esta 2.ª revisão.

declaração